



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL

Realizada em 25 de junho de 2021

N.º 3/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezoito horas, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Nuno Miguel Batista Lopes, Manuel Fernando das Neves Rebelo e Miguel Jorge de Sena Augusto.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Apresentou renúncia de mandato, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, da bancada da CDU, com efeitos a partir de 30 de abril de 2021, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Pedro Acácio dos Santos Soares, Maria da Graça Santos Andrade, Rui Manuel Higinio José, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, Mário Jorge Pereira Gamito Gomes e Henrique Pinto Gonçalves, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Domingos Moreira Semedo, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Graciete Maria da Conceição Vasco, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), tendo sido substituído pela Secretária Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, e José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), tendo sido substituído pela Vogal Secretária Bernardina Maria Agostinho Barradas, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Ana Filipa Matos Bonita, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben dos Santos Martins Catarino da Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata n.º 2/2021, de 28/04/2021

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida sessão.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Paulo Calado (PPD/PSD) – A pergunta que quero colocar neste ponto é relativamente ao tratamento de dados pela Câmara Municipal de Setúbal.

Todos estamos conscientes de que é uma matéria sumamente importante, pelo menos, desde que foi aprovado um regulamento europeu que é de aplicação imediata no ordenamento jurídico português. Quero saber, uma vez que foi noticiado ainda ontem que apenas 43% das câmaras municipais do país têm um encarregado para a proteção de dados, se no caso do Município de Setúbal existe ou não já essa pessoa nomeada e qual é o tratamento que vai sendo dado aos dados sensíveis, de acordo com essa mesma legislação.

Também temos, como é demonstrado até por uma proposta que vamos votar hoje relativamente à nomeação dos Juizes de Paz, em que estão lá todos os elementos pessoais das pessoas a nomear, qual é a proteção de dados feita por este município?

João Viegas (CDS-PP) – Na última Assembleia Municipal coloquei uma questão ao executivo em relação ao Mirante da Várzea e o Sr. Vice-Presidente deu a certeza que o Mirante não seria recuperado, atendendo a que a sua recuperação seria de um valor elevado. Considerando a importância cultural que aquele edifício tem, bem como também uma referência no concelho de Setúbal, seria importante acrescentar algo mais a essa resposta, nomeadamente quais os valores que foram orçamentados para a recuperação do Mirante e, era importante saber, se foi feita alguma avaliação pelos serviços da Câmara Municipal, presumo que sim, pela importância da história daquele monumento.

Também gostava de saber, porque estão umas lonas a envolver o Mirante há muitos anos e que faz referência a uma instituição financeira, qual é o valor que essa instituição vai suportar de uma recuperação que não vai ser feita e porque é que passados tantos anos continua com essas lonas, que é a única referência que temos?

Suzel Costa (PAN) – Em quatro anos deste mandato o PAN tem efetuado requerimentos e trazido aqui à Assembleia Municipal um grave problema relativamente aos gatos do Hospital do Outão, sendo que até havia disponibilidade por parte da antiga administração para um Programa CED (Captura, Esterilização, Devolução), e em quatro anos nada foi feito.

A colónia dos gatos não deixou de existir, os animais que estavam lá em 2017 reproduziram-se, assim como os seus filhos, os seus netos, bisnetos, sobrinhos, etc., multiplicaram-se exponencialmente. O que era um pequeno problema e que teria sido solucionado com o controlo da população felina, tornou-se, neste momento, um grave problema de proteção animal, dado que os animais estão na sua maioria gravemente doentes, o que é um problema de saúde pública.

O município tem se escudado numa portaria, no artigo 9.º, a portaria que regulamenta o programa CED, mas há por parte do município uma leitura reiteradamente errada desta portaria no que respeita às colónias de gatos no Parque Natural da Arrábida e mais propriamente no Outão.

A mesma não proíbe o CED neste parque, diz que deve ser evitado, o facto é que as consequências dos laxismos, as consequências desta omissão estão à vista, os animais continuam a lá estar e a reproduzir-se, estão piores, estão doentes. As fotografias multiplicam-se nas redes sociais e na comunicação social ficando o nome de Setúbal, em termos de práticas de bem-estar animal, muito mal visto.

Como refere o manual da gestão das colónias felinas, que se encontra e bem no site deste município, não se pode perder de vista que aos animais e também aos errantes, foi-lhes reconhecido um novo estatuto legal. Não de meras as coisas, mas antes de serem dotados de sensibilidade e merecedores de proteção jurídica, estatuto esse que nos obriga a todos a honrá-lo, o município não honra verdadeiramente os gatos, ergue uma estátua em cima de um telhado e deixa-os à sua sorte ao promover e fomentar o aumento da taxa de natalidade dos gatos do Outão, deixando-os sofrer e morrer à fome e de doença.

Bem sabemos, também, da existência no passado de um contrato programa entre a Câmara Municipal e a Associação Tico e Teco do Cartaxo. Do Cartaxo? As associações aqui do concelho não tinham competência para tal? E do distrito?

O que é que aconteceu aos animais da Lisnave que para lá foram?

Trazemos aqui outra questão, um fotógrafo, recentemente premiado a nível internacional com uma reportagem sobre a pobreza na Quinta da Parvoíce, foi impedido de aceder ao local da prova de natação recentemente ocorrida aqui em Setúbal para os Jogos Olímpicos. Foi impedido de efetuar a cobertura para a Lusa e para a EPA, ou seja, o nome da cidade de Setúbal que ia chegar mais longe do que chegou com a simples cobertura da Câmara Municipal de Setúbal, cujo fotógrafo acompanhou a prova, sendo que a natação não é um desporto de massas onde toda a divulgação deveria ser bem-vinda. Espanta ao PAN que a organização opte por barrar a presença de um fotógrafo que levaria imagens da prova a vários pontos do mundo, através de duas agências noticiosas. Quero saber se o Sr. Vice-Presidente tem conhecimento desta situação e qual foi o motivo para impedir o acesso ao fotógrafo?

Manuel Esteves (PS) – Venho aqui, mais uma vez, falar sobre a Comenda. Como o Sr. Vice-Presidente do executivo me tem dito e tenho seguido os seus conselhos, em que devo insistir nestas questões.

Estou aqui novamente a insistir na questão da Comenda, mais propriamente sobre uma ação de expropriação que está a ser executada por causa do Parque das Merendas e do parque de estacionamento da Albarquel, assim como as vedações, que já foi notícia e foi noticiado que são ilegais pelo Ministério do Ambiente, pelo Parque Natural da Arrábida e pelo Instituto da Conservação e Natureza. Estão ilegais e mais, estão a ultrapassar os limites na Estrada



Nacional que vai de Setúbal para o Outão. Quem lá passa vê que já lá estão vedações com quase três metros de altura, onde não se consegue penetrar a visão de um lado para outro.

Dizer, também, que os trilhos da Capela de São Luís, que já tem mais de 500 anos, continuam vedados, continuam fechados e está registado na Carta Militar e posso comprovar isso. Assim como o trilho da Estrada de Almelão, que é um trilho pedestre que também tem mais de 500 anos e que vai da Aldeia Grande até à curva principal em frente ao Parque das Merendas. Também está registado na Carta Militar e tenho prova disso.

Perante isto, acho que a bancada do Partido Socialista merece uma justificação para sabermos em que ponto é que se encontram estas questões.

Em Azeitão, o loteamento do Xavier de Lima, que continua uns dias a trabalhar e meio ano quase fechado, continuamos por saber quando é que aquilo é feito de vez e quando é que a câmara se resigna, já foi comprometido aqui, a levantar a obra do Mercado de Azeitão para todos os azeitonenses e em particular para os brejoenses.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – A segurança rodoviária tem sido um tema recorrente dos eleitos do PSD durante este mandato autárquico, pois como todos sabemos, a sinistralidade rodoviária é um dos grandes problemas de segurança em Portugal, traduzindo-se todos os anos em enormes custos humanos, económicos e sociais.

Ao falarmos de sinistralidade rodoviária, falamos essencialmente da vida e da saúde dos cidadãos, por isso todas as decisões que sirvam para melhorar as mesmas devem ser objeto de um alargado consenso.

Desde 5 de junho de 2021 que são disponibilizadas trotinetes elétricas em Setúbal, sendo estas um excelente meio de mobilidade urbana, especialmente em deslocações de curta distância, mas perante o que se tem vindo a constatar, desde vários ocupantes nos veículos, circulação em desrespeito de regras de trânsito, veículos deixados em qualquer lugar da via pública, aquilo que poderia ser uma excelente medida pode transformar-se num pesadelo para os setubalenses.

Sendo este um projeto piloto da Câmara Municipal de Setúbal em parceria com uma empresa privada, exige-se da parte do município um real e efetivo acompanhamento desta medida, tomando as necessárias ações que condicionem e evitem os aspetos negativos verificados na sua utilização para que as trotinetes possam servir em segurança e melhorem a mobilidade dos setubalenses.

Ainda na temática da segurança rodoviária e por ser autarca eleito na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra gostaria de voltar a reforçar a necessidade de construção de um passeio pedonal entre a zona comercial do Monte Belo Norte e o Vale Ana Gomes, bem como reforçar a necessidade de colocação de dispositivos redutores de velocidade em algumas zonas da freguesia, designadamente na Rua do Vale Ana Gomes, na Av. Quinta da Amizade e Rua do Alto da Guerra.

Vitor Rosa (BE) – As duas questões que trago aqui, no fundo, cingem-se ao mesmo problema e têm a ver com a gestão dos resíduos do Vale da Rosa e também aos resíduos da zona da Mitrena.

Passados três, quatro meses, aparentemente, continua tudo igual e se da parte do executivo têm diligenciado junto da APA e das entidades competentes e do próprio proprietário do terreno do Vale da Rosa onde estão os resíduos, se existe alguma evolução e se existe mais informação do que aquela que, aparentemente, estagnou e não temos mais informação sobre estes resíduos no nosso concelho?

Paulo Calado (PPD/PSD) – Tenho aqui uma questão que me tinha esquecido de colocar há pouco, tem a ver com o facto de já há bastante tempo termos apresentado duas recomendações, uma para a criação do Conselho Municipal do Ambiente e outra relativamente a medidas preventivas no que respeita à prevenção rodoviária. Pelo que fomos informados já terão sido aprovadas na respetiva comissão, mas que nunca mais foram agendadas para plenário, para a Assembleia Municipal e pergunto qual é o ponto de situação relativamente a essas duas propostas de recomendação?

Presidente da Mesa – Senhor deputado Paulo Calado, sobre a questão que dirige à Mesa relativamente aos relatórios das comissões, informo que ainda não chegaram ao nosso conhecimento esses mesmos relatórios, por isso não poderemos dar andamento a esse processo. Eventualmente estarão ainda nos serviços, não chegaram à Mesa ainda.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Referir que nas reuniões das comissões o assunto há já mais de um mês que está solucionado e que foi transmitido pelo Sr. Presidente da Comissão que estava entregue à Comissão Permanente. Há aqui qualquer coisa que não está a funcionar.

Presidente da Mesa – Digo-lhe o mesmo que disse ao senhor deputado Paulo Calado, não chegou à Mesa e nem à Comissão Permanente nenhuma informação sobre os relatórios que refere.

Como sabe, senhor deputado, antes de qualquer iniciativa que venha aqui à assembleia, primeiro terá de ser apreciada na Comissão Permanente e esse assunto ainda não foi colocado na Comissão Permanente e quando for colocado certamente a Comissão Permanente dará andamento ao processo.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Vamos tentar então fazer aqui o retorno das questões que foram aqui colocadas pela ordem em que elas foram apresentadas.

Senhor deputado Paulo Calado colocou a questão que está agora na ordem do dia, o tratamento de dados. A câmara tem digitado o encarregado da proteção de dados, nem sei exatamente precisar se é o Diretor de Departamento de Administração e Finanças, se é a chefe de Divisão de Informática, e não houve até agora nenhum caso que levasse a especiais preocupações e que nos levasse a fazer algum inquérito, como se fez na Câmara de Lisboa, para ver se algo estava irregular. É evidente que se esmiuçarmos muito, alguma coisa há de aparecer, é sempre assim, mas não há nenhum motivo de suspeita, para irmos agora de repente preocuparmo-nos.

É claro que como apareceu um caso a público, vamos olhar com mais atenção para os serviços para ver se nos estamos a descuidar com alguma coisa. É o que lhe posso dizer neste momento, porque não havendo caso, não o posso inventar. Vamos ver se evitamos, mesmo, que eles venham a aparecer por algum descuido da nossa parte, se bem que esta matéria, como sabem, é tão vasta e tão amplamente regulamentada que é difícil ler três artigos consecutivos no regulamento de proteção de dados e que haja unanimidade das interpretações.

A aplicação não é nada fácil e vemos notícias frequentemente, mas até agora e, em termos de gestão autárquica, parece-me mais importante não nos aparecer aí motivos de grandes receios de que haja problemas com a fuga ou mau uso ou mau endossamento de dados pessoais. Julgo que o que está a acontecer aos outros serve-nos de exemplo para irmos ver se não nos acontece também na nossa. Essa sim, é uma atitude que deixo aqui como garantia do nosso comportamento para ver se isso não venha a acontecer.

Depois, esta não é uma questão da moda, é uma questão tradicional, que é relacionada com o Mirante, que o senhor deputado João Viegas veio colocar sobre quanto é que custa, quanto é que se paga... Se tivesse perguntado isso ontem ou esta manhã, provavelmente dizia-lhe algumas coisas, agora quando se vem aqui, puxa-se de revólveres interrogativos e começa-se a disparar perguntas de pormenor o que deixa naturalmente o executivo numa situação em que é difícil de responder, mas numa outra oportunidade ser-lhe-á dada a resposta a essas questões.

Já classificou aquele edificado, aquele Mirante como um monumento, já deu um *apport* que nós não tínhamos ainda dado, de que aquela construção tinha essa classificação de monumento, até agora ainda não tínhamos encontrado e nem tínhamos notícia de tal. Sabemos que é uma construção a preservar, aquilo que eu disse, é aquilo que o executivo tem em apreciação, de que é muito difícil de recuperar, foi das primeiras construções em betão que foram feitas, ela não foi derrubada ainda e está-se a tentar preservar até onde for possível e tentar fazer uma réplica, foi dito isso aqui, nas estruturas decorativas do Parque da Várzea. O facto de ele lá estar protegido, significa que não o queremos deitar abaixo, que queremos preservar a memória da cidade e fá-lo-emos com aquela construção se for possível ou com uma réplica se não for de todo possível, como os técnicos nos têm dito.

As avaliações foram feitas e temos que seguir as recomendações técnicas e até agora aquelas que nos são dadas é que, de facto, é melhor fazer uma réplica, porque aquela estrutura não se aguentará e julgo que queremos preservar a memória da cidade, a memória coletiva e que é também uma memória de indústria das primeiras construções feitas com cimento feito na Secil. É esse o valor que ele tem, é um valor de memória, mas ainda não é classificado como monumento porque se não outros envoltimentos poderíamos ter até para ajudar, poderíamos ter a Direção-Geral de Património Nacional, podíamos ter outras entidades e eventualmente pedir apoios para uma recuperação como devia de ser.

A deputada Suzel Costa trouxe-nos a questão dos gatos do Outão, e tenho pena que não saiba, mas recentemente inaugurámos uma enorme ampliação do canil e do gatil municipal. Aquilo parece, de facto, um condomínio de vivendas e tem uma ampliação enormíssima. Já tínhamos um canil e um gatil em boas condições, com uma excelente relação com as associações de proteção dos animais, como bem sabe, e tínhamos feito um trabalho de identificação de todas as colónias de gatos em zonas urbanas e temos também um protocolo com o próprio Hospital do Outão e com uma Associação de Proteção dos Animais, que, de facto, está para arrancar. O Hospital tem lá algumas tarefas que terá de ficar incumbido de preparar e a vereadora acabou de me dizer que se está a organizar mais reuniões para pôr tudo a funcionar de forma prática.



Isto é exatamente o contrário da ideia que deu na sua intervenção, aqui tão vincada, de que esta Câmara de Setúbal, que está a fazer um esforço tremendo de investimento, da criação de condições, de identificação dos animais, tratamentos, esterilizações e agora de repente estamos a deixá-los procriar de qualquer maneira para adoecerem e morrerem. Essa ideia é uma ideia que não corresponde em nada com o que se passa. Como uma pessoa que está numa organização protetora dos animais tem que saber distinguir o trigo do joio, tem que saber quais são as instituições que estão verdadeiramente a trabalhar e a trabalhar amplamente para a proteção dos animais, independentemente das condições de personalidade e para nós os animais não são coisas, são vida, são formas de vida como nós, são sim senhor, e não os tratamos mal. Não nos venha dizer essas coisas com esse ar perante o youtube, porque isso não acontece no Município de Setúbal, temos feito um esforço tremendo e devia de ser a Sra. Deputada que é do Partido dos Animais e da Natureza, a primeira desta assembleia a reconhecer esse trabalho, como noutras ocasiões já o tem feito. Hoje há youtube, já não convém fazer, mas noutras vezes já o fez.

Convido, quer os presentes, quer a população, por favor, a passem por Poçoilos e vejam a ampliação que fizemos no canil e no gatil municipal, onde já tínhamos boas condições e a área não é só para cães e gatos, há também outros animais errantes como burros, éguas e cavalos que são abandonados. Às vezes cabras que ficam tresmalhadas e não as conseguem apanhar, há borregos, há pombos inclusivamente, hoje temos instalações para estas espécies todas e que podem ser acolhidas e tratadas condignamente no nosso Centro de Recolha Animal.

Com este trabalho feito, ter que ouvir, da senhora deputada do PAN, que tratamos mal os gatos do Outão, não é possível, se calhar não estão tratados da melhor forma possível, por causa das várias entidades, mas se calhar em lado nenhum e em rua nenhuma, nem na sua e nem na minha, estarão melhor tratados.

Há aí outra questão sobre o Parque Urbano que a senhora deputada colocou sobre o fotojornalista que foi impedido de fazer a cobertura das provas. Como sabe, aquilo é uma prova da Federação Internacional de Natação, não disse se o jornalista estava ou não credenciado, não disse porque é que foi impedido ou deixou de ser impedido, não disse que aquela prova se realizava em bolha, com controlo absoluto. Fui lá para assistir e tive que primeiro fazer o teste, como todos os outros que entraram, esperar o resultado e só depois é que pude entrar.

Não sei se o senhor estava ou não credenciado, porque nas provas internacionais de desporto os jornalistas e os fotojornalistas são credenciados e naturalmente não são impedidos por dá cá aquela palha, por isso há por aí qualquer mal entendido.

Falei nisto e encadeei as coisas, porque lá estão no Parque Urbano de Albarquel as casotas para os gatinhos e são alimentados e eles já sabem qual é o seu circuito e julgo que também é um dos planos de controle.

Não podemos ser acusados de fazermos mal ou fazermos bem, porque o que fazemos bem, fazemos bem, o quando não fazemos bem podem-nos dizer.

Neste aspeto de tratar os animais estamos quase, ainda não estamos lá, mas estamos quase tão à vontade como tratar as pessoas, mas a nossa prioridade é tratar as pessoas, do ambiente urbano, das condições de vida das pessoas primeiro e depois também os animais, porque vivemos com eles, mas não vivemos só para os animais e as prioridades têm que ser feitas em função daquilo que são as prioridades humanas. Humanas que só subsistem com a natureza, com os outros nossos parceiros, as outras espécies e é isso que fazemos.



Relativamente à Comenda, senhor Manuel Esteves, dou-lhe a mesma resposta. De facto, não temos as competências todas, as Câmaras Municipais não são polícias, não são os serviços centrais do Governo, da proteção da natureza, não somos o ICNF, não somos o Património Cultural, não somos tudo ao mesmo tempo. Temos as competências que temos, a câmara já atuou, várias vezes, já foi informado, por parte do ICNF sei que também já houve autuações e há competências de fiscalização que cada uma das partes está a fazer. A câmara tem estado, ao mesmo tempo que intervém, em termos de fiscalização e na parte inspetiva, tem também tentado, e a Sra. Presidente tem feito esse trabalho, e julgo que as coisas não se agudizaram nas pretensões dos novos proprietários em relação áquilo que está a acontecer, porque se continua a usar o Parque da Comenda.

Não se agudizaram por causa desta intervenção que tivemos por intermédio da Sra. Presidente, em concreto. Não se agudizaram e não ficaram, de facto, com um impedimento completo da utilização pública habitual daquele espaço, porque houve uma intervenção de bom senso e é nessa intervenção de bom senso que temos que jogar entre os direitos de propriedade e os direitos de utilidade pública. Agora, se qualquer caminho de pé posto, que esteja na carta militar, constitui logo por si um direito de passagem, isso já não sei e parece-me que não será assim, mas isso já são situações que sejam apenas do foro municipal. Mas tem-se estado a tentar resolver as situações para não ficarmos de baixo e a câmara não quer isso, ou seja, o direito a utilização pública popular não pode ficar subterrado no direito de propriedade. Isso não queremos e temos feito o caminho para que isso não venha a acontecer e julgamos que, com bom senso, isso seja possível, mas não é com uma agitação permanente destes problemas que se resolve, é com trabalho concreto.

A capela de São Luís está metida neste tipo de problemas também, são os acessos, os direitos de passagem e a utilização dos populares.

O senhor deputado Pedro Vieitas disse-nos aqui que a segurança rodoviária é importante e a questão das trotinetes, como disse, é uma situação experimental e acho que estão a ser usadas em Lisboa em grandes quantidades e noutras cidades também. Numa semana estamos a pedir meios suaves de transportes, de deslocação e depois aparecem umas coisas que são elétricas, onde depois vemos os miúdos, e alguns graúdos, a atravessarem-se à nossa frente com uma certa velocidade, porque 20 a 25 Km naquelas trotinetes já é velocidade. É claro que tem que ser regulado, tem que ser regulamentado e tem que haver alguns cuidados e temos que por ordem nisso evidentemente.

Como disse, e muito bem, estamos numa fase experimental e vamos lá a ver se não temos por aí nenhum azar, podem existir azares, algum acidente ou alguma outra coisa, mas queremos que não e queremos que a experiência nos vá servir para regulamentar, porque sem haver experimentação no terreno, também não sabemos que regras havemos de impor. Essa regulamentação também implica um período experimental e é isso que está agora a acontecer. Quanto ao passeio pedonal de Montebelo Norte até ao Vale Ana Gomes, tudo está a ser tratado com a comissão de moradores, está a ser tratado com os próprios moradores e com a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

Esteve na inauguração do Parque Canino (de cinquenta e tais mil euros que a junta de freguesia em acordo com o município ofereceu à área de residência do Vale Ana Gomes e da Quinta da Amizade), que foi a primeira infraestrutura feita naquele enorme espaço verde, cujo primeiro cuidado foi com os animais. Senhora deputada Suzel, veja como nós não nos esquecemos dos animais.

Relativamente à questão do deputado Vítor Rosa sobre os regimes do Vale da Rosa e da Mitrena, não temos conhecimento, de facto, sabemos é que os proprietários dos terrenos estão intimados para fazer a limpeza dos mesmos e julgo que não há dúvidas quanto a isso, irá a acontecer. Não sei se há recentemente alguma informação a mais em relação a datas em concreto, mas a informação que temos é que foi o Ministério do Ambiente que providenciou e fez essa intimação ao proprietário, através da CCDR e que está acatada, o qual já nos foi comunicado.

João Viegas (CDS-PP) – Percebendo a dificuldade em responder às questões que coloquei, ia solicitar ao executivo que fizesse chegar, por escrito e que pode ser para todos os deputados desta assembleia, a resposta às questões que coloquei e assim tornar-se-ia mais fácil. Em relação aos monumentos, é verdade que não está classificado, mas podemos consultar numa página “monumentos.gov.pt”.

Manuel Esteves (PS) – Mais uma vez fiquei sem resposta sobre Azeitão. Pedi ao Sr. Vice-Presidente para ver se falava sobre o tal mega loteamento que lá está a ser feito, que está mais tempo parado do que está em funcionamento. Relativamente à promessa que já foi feita aqui pela Sra. Presidente da Câmara sobre o Mercado Comercial para os azeitonenses, visitantes e dos brejoenses em particular, não tenho nenhuma resposta, já na anterior assembleia não tive e continuo a não ter.

Sobre a situação da Comenda estão a dizer que nas cartas militares já não há necessidade de se confirmar os caminhos pedestres, está tudo dito.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Temos um Voto de Pesar pelo falecimento de Américo Leal, apresentado pela CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

“Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 18, Américo Lázaro Leal, com 99 anos.

Membro do PCP desde 1947, destacado resistente antifascista e exemplo de luta pela conquista da liberdade e democracia para os trabalhadores e o povo.

Américo Leal era natural de Sines, onde nasceu a 20 de Janeiro de 1922. Começou a trabalhar como operário corticeiro aos 12 anos, idade em que ficou órfão.

Em 1943, em Lisboa, é preso pela PIDE. Permanece 45 dias no Aljube, onde conheceu Militão Ribeiro, dirigente do PCP também preso, que o liga ao PCP.

Em 1944 aderiu ao PCP, quando regressou da tropa e à sua terra. Assumiu tarefas na organização do PCP ligada à indústria corticeira e no organismo da direção regional do Alentejo Litoral. Integrou o Comité Nacional da Cortiça, composto inicialmente por corticeiros do Barreiro, Évora, Silves e Sines. Nos finais de 1945, integrou a delegação de corticeiros que expôs ao Governo a necessidade de um acordo coletivo de trabalho, acordo esse conquistado em 1947.

Fez parte da comissão local do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

Uma jornada de inscrições nas paredes de Sines, levou à sua perseguição pela G.N.R.. Em 1947 passou à clandestinidade e a funcionário do PCP, com a sua companheira de sempre, Sisaltina Santos, com quem tinha casado em 1946.

Durante os 27 anos na clandestinidade, assumiu tarefas em diversas regiões do País. Foi cooptado para o Comité Central do PCP em 1956, organismo de que fez parte até 1988.

Em 1974, aquando do 25 de Abril, encontrava-se no Porto. Regressou a Sines, dias depois do 1.º de Maio, com a sua companheira. São recebidos efusiva e calorosamente pelo povo de Sines, numa demonstração de reconhecimento pelo seu heroísmo na resistência anti-fascista e na luta pela liberdade e democracia. Assumiu responsabilidades ao nível das organizações concelhias do sul do Distrito de Setúbal. Passou, nessa altura, a integrar a Direção da Organização Regional de Setúbal, organismo a que pertenceu até 2015. Américo Leal teve um papel destacado no trabalho de direção do Partido na luta da Reforma Agrária, em particular no sul do Distrito.

Foi deputado à Assembleia Constituinte e nas duas primeiras legislaturas da Assembleia da República, sempre eleito pelo distrito de Setúbal.

É autor dos livros "O rosto da Reforma Agrária" e "O Vale do Sado no Mundo de dois opostos", editados pelas Edições Avante! e de "Quem somos! -Testemunhos" (edição de autor).

Como dirigente da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e um dos grandes impulsionadores da sua delegação local de Setúbal, participou com muitas centenas de crianças e jovens em debates e reuniões sobre a luta antifascista e a Revolução de 25 de Abril de 1974. Como ativista da Comissão de Utentes da Linha do Sado, deu um contributo decisivo na defesa do serviço público ferroviário e da eletrificação da linha.

A vida de Américo Leal é um exemplo de que a luta é um elemento decisivo para a construção da liberdade, da emancipação e da felicidade dos trabalhadores e do povo.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 25 de Junho de 2021, delibera:

Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Américo Leal e endereçar à sua família e ao seu Partido as suas condolências."

Não havendo intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PPD/PSD.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pela CDU tem como tema, “*Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

“Moção

Em defesa de um serviço público de gestão de resíduos

A AMARSUL foi criada em 1997 com capitais exclusivamente públicos, 51% do Estado, 49% dos Municípios e uma concessão até 2022, mas, em 2014, o Governo vendeu os 51% do Estado, a EGF, ao Grupo privado Motta/Engil e aumentou a concessão até 2034.

Os custos com o serviço dos resíduos urbanos são cada vez mais gravosos e insustentáveis para os municípios e, por obrigação legal, devem incidir sobre os utilizadores domésticos e não domésticos, o que tem efeito através da “fatura da água”.

Para esta situação tem contribuído a privatização da EGF, medidas impostas pelo Governo e a falta de outras para a melhoria do ambiente e o cumprimento de metas adequadas às realidades do País, alterações do Regime Geral de Gestão de Resíduos, do Regime Jurídico de Deposição em Aterro, de atribuições e competências da entidade reguladora, a ERSAR.

Na Amarsul, com o fim da gestão pública em 2016, o acionista maioritário privado alterou procedimentos e critérios. Encarou este serviço público como um negócio.

Retirou e distribuiu cerca de 6 milhões e 800 mil euros de dividendos acumulados na gestão pública que eram aplicados para conter o aumento da tarifa, investimentos e melhoria de eficiência e condições de trabalho. A não execução ou atrasos de investimentos e a falta de medidas criaram insuficiências e alguma degradação da qualidade de serviço, provocam reclamações de municípios e de munícipes e tem efeitos negativos na recolha seletiva.

Após 2016, tornou-se inaceitável o aumento da tarifa por tonelada de resíduos sólidos aplicada pela Amarsul aos municípios, refletida nos munícipes através da “factura da água”.

O valor anual médio da tarifa entre 2016 e 2019, foi cerca de 21€/ton.

Em 2020- 29,7€- aumento de 41,5%.

Em 2021 atinge o valor de 32,68€. Um aumento de 55,7%.

O resultado financeiro líquido dos exercícios da gestão privada da Amarsul passou a ser negativo, agravando a tarifa para os municípios e seus munícipes. (Valores em euros):

Gestão com privado, (2016/ 2020): +946 mil; +234mil; -153mil; -4,27milhões; -3,84milhões.

Gestão pública, (2011a 2015): +2,04 milhões; +1,47milhões; +958mil; +215mil; +1,29milhões.

Está criada uma situação preocupante, agravada porque os maus resultados não refletem melhorias significativas de qualidade. Entretanto, ao não tirar o lucro que esperava, o acionista privado exige à entidade reguladora, a ERSAR, o aumento dos proveitos permitidos para a empresa, o que agravaria a tarifa e penalizaria ainda mais os municípios e seus munícipes.

Aumento brutal da Taxa de Resíduos Urbanos (TGR) imposta pelo Governo e aplicada a resíduos depositados em aterro, suportada pelos municípios e que incide nos munícipes através da “fatura da água”.

Criada em 2006 sem corresponder a um serviço prestado, mas a um imposto com o qual o Estado arrecada muitos milhões de euros e cobre custos dos seus serviços administrativos.

A receita é entregue ao Estado pela Amarsul, depois de a cobrar aos municípios, por tonelada de resíduos depositados em aterro devido à sua recolha não ter sido seletiva.

A maior parte deste valor resulta de resíduos produzidos pelos munícipes e utilizadores não domésticos que, apesar de muitas vezes terem sido devidamente separados, acabam por ser depositados em aterro devido a insuficiência de serviços disponibilizados.

Perante esta situação, o Governo não cria medidas para aumentar e melhorar a recolha seletiva e a redução da deposição de resíduos em aterro, nem analisa a possibilidade de transição para outros modos de tratamento dos resíduos urbanos, para além dos aterros.

Em vez disto, o Governo penaliza municípios e comportamentos da vida quotidiana de munícipes, impondo uma taxa que atinge valores inoportáveis:

2007 a 2015 -- de 2,0€ para 5,5€/ton. Aumento de 25%/ano;

2015 a 2020 -- de 5,5€ para 11€/ton. Aumento de 20%/ano;

2020 para 2021-- de 11€ para 22€/ton. Aumento de 100%.

No total da fatura da Amarsul é cada vez mais elevado o custo com a TGR, que não corresponde a um serviço prestado, em relação ao custo dos serviços prestados pela empresa. Em 2014, o peso foi cerca de 17%.

Em 2020, foi de 35%.

Numa faturação de cerca de 12,3 milhões de euros, perto de 8 milhões foram serviços prestados pela Amarsul e 4,3 milhões foram arrecadados pelo Estado sem ter prestado qualquer serviço. Por imposição legal, esta penalização incide sobre os municípios e sobre munícipes, com efeito através da respetiva “fatura da água”.

Redução permanente de receitas adicionais da Amarsul devido a medidas do Governo para o sector dos resíduos, que incide negativamente na tarifa dos municípios e tem efeito nos munícipes através da “fatura da água”.

As receitas da Amarsul assentam na tarifa aplicada aos municípios pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos que entregam.

Existem receitas adicionais resultantes da venda de composto, da produção de energia elétrica através de biogás e da venda de recicláveis, fundamentais para o equilíbrio da tarifa.

Contribuem para o equilíbrio financeiro da empresa e da sua tarifa e são importantes do ponto de vista ambiental porque correspondem ao aproveitamento dos materiais recicláveis, à produção de energia elétrica de origem alternativa e ao aproveitamento de matéria orgânica para compostos agrícolas. O Governo, ao criar medidas que levam à redução destas receitas, prejudica o ambiente e a estabilidade económica e financeira da Amarsul, uma vez mais, com reflexos negativos na tarifa aos municípios e seus munícipes.

Assim, considerando que:

- É necessário e possível inverter a presente situação, insustentável para municípios e para os seus munícipes;

- É necessário e possível promover e concretizar medidas que melhorem a eficiência e a qualidade de serviços, promovam e defendam o ambiente, a recolha seletiva e a redução de resíduos e o equilíbrio económico e financeiro das empresas;

- É necessário e imperioso deixar de impor obrigações em cima dos municípios e dos comportamentos individuais dos seus munícipes para os castigar e penalizar com o brutal aumento de tarifas, de taxas e de custos.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 25 de Junho de 2021, delibera:

1. Manifestar a sua extrema preocupação perante a grave situação em que se encontra o sector dos resíduos urbanos, com problemas ambientais, económicos e financeiros para o município e os seus munícipes;
2. Reafirmar a sua defesa de um serviço público de resíduos que promova o ambiente a redução da produção de resíduos, com tarifas que se aproximem dos custos, mas que tenham em conta os critérios sociais da sua natureza pública;
3. Manifestar o seu desacordo face à tarifa praticada pela AMARSUL e a sua total oposição à Taxa de Gestão de Resíduos, imposta pelo Governo, custos insuportáveis e cada vez mais elevados que penalizam os municípios e os munícipes de Setúbal.”

Vitor Rosa (BE) – Relativamente a esta moção da CDU, estamos de acordo com a maior parte ou com a grande parte das observações e considerandos no que diz respeito à venda da parte da AMARSUL a privados e concretamente à Motta/Engil e as políticas desenvolvidas por esta gestão de dividendos e investimentos ou falta deles. Contudo, na nossa opinião, esta

moção peca por não ter qualquer referência sobre a responsabilidade principal da produção de embalagens das empresas produtoras e distribuidoras, pelo que é necessário a regulamentação para a sua redução e também reutilização. Também não apresenta propostas concretas que poderiam aliviar a pressão sobre o município e os municípios, que poderia passar por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos, concretizando só no período pós pandemia.

Também dizer que poderíamos salientar a importância de ser atribuído aos municípios, como responsáveis pelas principais operações no âmbito dos resíduos, uma comparticipação progressivamente mais elevada das receitas da DGR.

Acrescentamos, também, como proposta a esta moção, defender a substituição da tarifa dos resíduos urbanos, atualmente definida pelo consumo da água, por uma nova tarifa mais ligada à produção de resíduos, respeitando sempre a natureza do serviço público e aplicando a tarifa social automática para os resíduos já prevista na legislação, Decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro.

Mais do que só manifestar desacordo, são necessárias propostas que beneficiem o município e os seus municípios e essas apresentamos aqui como complemento a esta moção, que se forem aceites votaremos a favor, caso contrário iremo-nos abster.

Maria João Palma (PS) – A bancada da Assembleia Municipal do PS adotará a mesma posição que os nossos vereadores em reunião de câmara.

Gostaríamos, em primeira mão, de propor que as votações fossem analisadas e votadas ponto a ponto, para além disso, propõe-se que seja considerado nesta proposta no ponto n.º 3, que se mantivesse a taxa, mas que conforme votado em reunião de câmara, sendo substituído “...total oposição à TGR...” por “...oposição ao seu aumento...”.

Suzel Costa (PAN) – O que a CDU aqui nos traz com esta moção, é uma proposta para retroceder na política ambiental do país. Na política da gestão dos resíduos, sim falhámos e sabemos que falhámos todas as metas nacionais e europeias no que respeita à redução da produção de resíduos urbanos e do aumento das taxas de reciclagem.

Recordo, por exemplo, que a recomendação a respeito da economia circular, apresentada pelo PAN aqui nesta assembleia, nem sequer foi aprovada.

Para Portugal, as metas da taxa de reciclagem para 2020, no ano passado, não para o ano que vem, não daqui a dez anos, era de 50% e não cumprimos, pois não? Não cumprimos. Estamos muito longe, como é patente nos relatórios de atividades anuais. Por exemplo, aqui a nível municipal, continuamos a aumentar a produção dos resíduos urbanos ano após ano, numa lógica insustentável de produção, consumo e descarte, um modelo linear como se existisse outro planeta de reserva, como se existisse outro planeta B, como se o lixo que produzimos se esfumasse para debaixo de um qualquer tapete. Continuamos com o foco no destino final, do custo por tonelada de resíduos que colocamos em aterro, mas a reutilização dos produtos também é menosprezada. O modelo de produzir/produzir é o lema e consumir/consumir, e assim claro que os resíduos aumentam e aumentam.

Excelentíssimos eleitas e eleitos, todos os argumentos apresentados para que esta taxa de gestão de resíduos não suba são falsos, não se trata de custos acrescidos para o município, se a câmara cumprir a sua responsabilidade na gestão hierárquica dos resíduos vai investir em mecanismos que incentivem a redução na produção dos mesmos e a sua correta triagem e

encaminhamento para reciclagem, como está a fazer e muito bem na recolha de resíduos orgânicos.

Também temos que dizer bem, quando é para dizer bem, quando é para dizer mal dizemos mal.

Deste modo, vão menos resíduos para aterro e incineração e a fatura desce. A fatura só aumenta se o laxismo persistir, se os resíduos continuarem a serem depositados como sempre foram e vão para os aterros.

O que esta moção propõe é a continuação...

Presidente da Mesa – Senhora deputada, pedia que tivesse atenção ao tempo, por dificuldades de observação não tomei a devida atenção ao tempo e a senhora deputada voltou a pedir a palavra sabendo que o tempo já tinha sido ultrapassado. Agradecia que terminasse.

Suzel Costa (PAN) – Estamos, de facto, a taxar o serviço, mas e o desperdício?

Lembrar que ninguém falou aqui na separação da taxa dos resíduos do consumo da água, um facto que também seria bastante importante, porque quem mais consome água, não é quem menos recicla.

João Luz (CDU) – Relativamente ao conjunto de questões que aqui foram colocadas sobre esta moção, colocar algumas considerações.

A bancada da CDU decide apresentar esta moção tendo em conta aquilo que nos parece ser a questão central em relação à gestão de resíduos.

A gestão de resíduos no nosso país deixou de ser um serviço público e passou a ser um serviço privado ao serviço de alguns, ao serviço do interesse do lucro, retirando da esfera pública a gestão dos resíduos. Essa opção pela privatização da gestão dos resíduos teve consequências, é que esta gestão ficou mais cara para os municípios e para os munícipes.

Percebo que se tente aqui dourar a pílula, encontrar várias formas de fingir que não é isto que acontece. Uma das questões que está colocada relativamente à taxa de gestão de resíduos e que a nós nos levanta profunda inquietação é que esta taxa é refletir sobre o munícipe, sobre a pessoa, sobre o cidadão o custo da gestão de resíduos deste país. Mais, com um acréscimo, com as receitas que não sabemos bem para onde vão e como são usadas, porque são usadas, aparentemente, para financiar organismos da Administração Central e são usadas e tratadas como se de um imposto se tratasse e não como uma taxa com uma contraprestação.

E é o assumir, por parte do país, até no âmbito das políticas europeias, sobre estas matérias, do princípio do poluidor pagador como o Alfa e o Omega de todas as políticas. Não é uma política de redução da produção de resíduos, não há uma política efetiva para se encontrar soluções e soluções práticas e concretas para uma gestão adequada dos resíduos, que não a deposição em aterro, e, portanto, limitam-se a atirar para cima das pessoas, do cidadão em concreto, a fatura desta gestão de resíduos.

Não estamos a falar de coisas menores, estamos a falar de um aumento de 11,00€ por tonelada para 22,00€ por tonelada.

Quando o Partido Socialista, por exemplo, aqui em Setúbal coloca as questões (o Partido Socialista e outros partidos, não é o único e nós acompanhamos) sobre a fatura, que todos os meses chega à casa das pessoas, das Águas do Sado onde aparece a gestão de resíduos, também lá está esta taxa.

Não podemos dizer que queremos mais taxas, que queremos serviços mais baratos para prestar às populações, mas depois estar de acordo com taxas que não têm uma contraprestação associada e que servem como um mero imposto, que servem para castigar as populações por uma coisa que elas não têm culpa. Arranjem-se as formas e os mecanismos corretos para a gestão dos resíduos e certamente que os munícipes não serão obrigados a pagar esta taxa. Portanto, sim, nós estamos contra a taxa de gestão de resíduos.

Presidente da Mesa – Há um conjunto de alterações que foram sugeridas à moção e propunha que essas propostas de alterações cheguem à Mesa por escrito, porque a Mesa não tem condições para registar todas as propostas ou sugestões de alterações que foram feitas. Relativamente ao ponto 3, o Partido Socialista sugeriu alterações, mas não retive quais foram as alterações sugeridas.

Maria João Palma (PS) – No ponto n.º 3 diz: *“Manifestar o seu desacordo face à tarifa praticada pela AMARSUL e a sua total oposição à Taxa de Gestão de Resíduos, imposta pelo Governo, custos insuportáveis e cada vez mais elevados que penalizam os municípios e os munícipes de Setúbal.”*, a nossa proposta de alteração é retirar *“...a sua total oposição à Taxa...”* substituindo por *“...a sua total oposição ao aumento da Taxa...”*.

Presidente da Mesa – O senhor deputado do Bloco de Esquerda tem propostas e o que propõe é que sejam acrescentados três pontos.

Vou ler as propostas de alteração que foram apresentadas. Relativamente ao Partido Socialista, como disse a senhora deputada, no ponto n.º 3 o que se propõe é *“Manifestar o seu desacordo face à tarifa praticada pela AMARSUL e a sua total oposição ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos...”*.

Relativamente ao Bloco de Esquerda é proposto que no texto seja acrescentado três pontos:

- “1 – Uma moratória na aplicação da nova Taxa de Gestão de Resíduos de 22,00€/tonelada, concretizando só no período de pós pandemia;*
- 2 – Salientar a importância de ser atribuída aos municípios como responsáveis pelas principais operações no âmbito dos resíduos, uma participação progressivamente mais elevada das receitas da TGR;*
- 3 – Defender a substituição da Tarifa dos Resíduos Urbanos atualmente definida pelo consumo da água por uma nova tarifa mais ligada à produção de resíduos, respeitando sempre a natureza de serviço público e aplicando a tarifa social automática para os resíduos, já previstas na legislação Decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro.”*

João Luz (CDU) – Senhor Presidente, com vista a termos, de alguma forma, uma maior abrangência, porque também é o que nos interessa no quadro da votação desta moção, estávamos inclinados, do ponto de vista da proposta que fazemos, a aceitar a proposta do Partido Socialista, fazendo a alteração à taxa pela oposição ao aumento. Relativamente às propostas que o Bloco de Esquerda faz, não as acompanhamos e não estamos disponíveis para as integrar nesta moção, até porque não nos parece que seja uma moratória, ou seja, e que chutar para a frente a aplicação de um aumento da taxa resolva os problemas que aqui colocámos.

Presidente da Mesa – Colocadas as seguintes questões, iremos proceder da seguinte forma: vou pôr a votação a moção com a alteração proposta pelo PS e aceite pela CDU relativamente ao ponto 3, depois votaremos a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda como uma inclusão à moção.

O facto da CDU aceitar a proposta de alteração apresentada pelo PS, é necessário que a assembleia também se pronuncie sobre essa alteração.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Senhor Presidente terá que propor as alterações e vai ser votado, se são ou não aceites as alterações e depois então é que se irá votar o texto já com as alterações ou não introduzidas.

Foi colocado a votação a alteração ao ponto 3, apresentada pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 de AC, 3 abstenções, 2 do BE e 1 do CDS-PP, e 1 voto contra do PAN.

Foi colocado a votação as propostas a acrescentar ao texto da moção, apresentadas pelo Bloco de Esquerda, as quais foram rejeitadas por maioria, com 21 votos contra, 20 da CDU e 1 de AC, 15 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 2 votos a favor do BE.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção, com a inclusão da alteração, aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 2 abstenções do BE e 1 voto contra do PAN.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN não acompanhou esta moção que é apenas a continuação da deposição em aterro dos resíduos e a sua queima, sem qualquer base no que respeita aos valores praticados pela União Europeia, 40€/tonelada aqui na vizinha Espanha e 80€ o valor médio praticado na União Europeia.*

É perpetuar na Mitrena o caixote do lixo da Europa, é premiar o laxismo, é favorecer empresas que vivem à conta do lixo e que poluem os nossos lençóis freáticos e o ar que respiramos e o odor que aqui sentimos.

Não podemos continuar nisto, não podemos continuar a receber o lixo, porque em Portugal é mais barato do que em toda a Europa.

Não estamos a taxar um serviço, mas sim o desperdício. Se reciclarmos mais e consumirmos menos, pagaremos menos e não estamos a taxar os munícipes, mas sim a deposição do lixo em aterro. Também os argumentos são enganadores, demagógicos, facilitistas e os critérios sociais na sua natureza pública também não os conseguimos acompanhar, porque não estamos a falar do lixo reciclado, nem dos orgânicos separados, apenas naquele que vai para aterro.”

João Viegas (CDS-PP) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O CDS votou favoravelmente esta moção, defendendo aquilo que aqui, também, está dito, se bem que na apresentação foi-nos aqui transmitido serem os proponentes totalmente contra a privatização, mas aqui no texto diz: “Reafirmar a sua defesa de um serviço público...” e este serviço público pode ser prestado diretamente pelo público ou poderá ser concessionado a privados e mantém aqui as*

duas hipóteses em aberto, porque o problema não está aí, aliás depois a moção vem aqui demonstrar outras coisas.

Em relação a esta discussão que assistimos aqui, peço desculpa por ir passar um bocadinho o tempo da declaração de voto, mas acaba por ser uma discussão inócua, até porque, como se percebeu, isto foi uma cedência do Governo do Partido Socialista ao PAN para viabilizar o Orçamento de Estado e depois estamos aqui entretidos na Assembleia Municipal a tentar encontrar um texto que se adegue. Nem as alterações do Partido Socialista vão aqui acrescentar nada, porque o aumento já se verificou e depois percebemos aqui, pela defesa do PAN que isto foi um brutal aumento desta taxa, mas foi necessário para viabilizar o Orçamento de Estado.”

Maria João Palma (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “A taxa de gestão de resíduos é uma das taxas que são pagas na fatura da água.

Esta taxa, efetivamente, pretende alterar comportamentos dos consumidores no que respeita à separação dos resíduos produzidos em cada lar, ou seja, quanto mais se reciclar menor será a quantidade de resíduos que chegará aos aterros para onde é enviado o lixo comum. O problema? Com os atuais comportamentos dos portugueses, de todos os cidadãos e cidadãs (que fazem pouca reciclagem) isso significará que vão pagar mais na fatura da água com esta duplicação da taxa ou com outro valor que seja implementado.

É bom que se esclareça toda a gente, com especial atenção para o comum cidadão que afirma não querer ter o trabalho de reciclar, porque aquilo é uma chatice e depois é tudo misturado, ou que já paga na fatura da água e agora quem quiser que separe e que recicle, se mantivermos este comportamento, claramente que vamos pagar mais, agora e num futuro próximo. O objetivo de aumentar a reciclagem feita pelos portugueses, pelos setubalenses e azeitonenses, é que se chegue a um ponto onde não será sequer necessário “pagar taxas”, porque conseguimos atingir o objetivo máximo, mas por enquanto com o comportamento no que respeita à separação do lixo a manter-se, o mais provável é que se comece mesmo a pagar mais na fatura da água.

Esta taxa sobe para incentivar a alteração de comportamentos, este aumento pretende incentivar a reciclagem e desincentivar a exportação de resíduos vindos de outros países, conforme acontece, mas até lá terá impacto inevitável no bolso dos portugueses, setubalenses e azeitonenses. Portugal serve a outros países da União Europeia para depositarem nos nossos aterros nacionais os seus resíduos, devido às taxas baixas cobradas. Pagávamos entre 9 e 11 euros, em Espanha são 40€ e era muito mais barato não apostar em recolha seletiva e enviar para o aterro. Na União Europeia os valores rondam os 80 a 100 euros por cada tonelada, em Espanha, repito, são 40€ e entre 2017 e 2018 os resíduos para aterro recebidos de outros países aumentaram cerca de 35%.

Uma taxa de gestão de resíduos “em alta” poderá ser, quer se concorde mais ou menos, a exemplo de outros países, a única forma de desincentivar o encaminhamento de resíduos nacionais e de proveniência de outros países para aterro.

Assim sendo e pelas razões apresentadas a bancada do Partido do Socialista votou a favor.”

Presidente da Mesa – A Moção apresentada pelo PAN tem como tema, “Combate à Seca e à Desertificação”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

“Moção
Combate à Seca e à Desertificação

Considerando que:

O Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação, declarado em 1994 pela Assembleia Geral das Nações Unidas foi assinalado no passado dia 17 de junho.

Este dia marca e apela à consciencialização, lembrando que o planeta é só um e os recursos naturais estão a escassear.

A falta de água poderá ser uma das maiores batalhas a nível ambiental do século, sendo irreversível.

O “vaso” de água doce já diminuiu drasticamente em 19 pontos críticos globais - da China ao Mar Cáspio -devido ao uso excessivo.

Por todo o mundo, detetam-se pontos críticos onde o uso excessivo dos recursos hídricos causa um sério declínio na disponibilidade de água doce, provocando graves problemas. Sem uma ação forte dos governos para preservar a água, a situação nessas áreas provavelmente piorará.

Uma região no noroeste da China, na província de Xinjiang, sofreu declínios dramáticos apesar de receber quantidades normais de chuva, devido ao esgotamento das águas subterrâneas pela indústria e irrigação. O Mar Cáspio também mostrou fortes quedas devido a forças semelhantes, que resultam num encolhimento da costa. Causada em grande parte pelo desvio e extração de água dos rios que a alimentam para agricultura e indústria. A redução do litoral e a poluição causarão grandes problemas em toda a região fronteiriça. No norte da Índia, a extração de água subterrânea para irrigação de lavouras como trigo e arroz causou um rápido declínio na água disponível, apesar das chuvas serem normais durante o período estudado.

No Iraque e na Síria, a dependência excessiva da água subterrânea resultou da construção, pela Turquia, de 22 represas nos rios Tigre e Eufrates, nas últimas três décadas. Isso fez da área a maior, fora regiões escassas ou desabitadas como a Antártida e a Groenlândia, com recursos hídricos quase um terço abaixo de seu estado normal.

Jonathan Farr, analista sénior de políticas da instituição de caridade WaterAid, refere que os governos devem tomar nota das descobertas e aumentar o seu papel na preservação dos recursos hídricos e fornecer água potável para as pessoas de maneira sustentável. “Estamos a resolver a questão do problema de obter acesso aos recursos hídricos desde o início da civilização. Nós sabemos como fazer. Nós só precisamos administrá-lo e isso tem que ser feito em nível local”.

Ter acesso a água limpa é benéfico, como todos sabemos, para a saúde, a educação, a economia e a equidade, acrescentou, de modo que o investimento em ativos de água produz dividendos económicos e sociais.

A desertificação dos solos é um problema ambiental no mundo inteiro, que todos nós podemos erradicar, sendo mais responsáveis, conscientes e respeitadores do meio ambiente e dos seus recursos naturais. Com o aumento do aquecimento global continuará a ser permitido o avanço das alterações climáticas, que temos vindo a assistir. É urgente travá-las, é necessário que as intervenções de mitigação por parte dos governos e de nós, os próprios governadores do planeta para sua conservação.

A desertificação do solo é um problema nosso, é ambiental, de todos.

Globalmente as indústrias, nomeadamente a pecuária, são um grande fator, senão mesmo o principal, entre outros fatores. Há uma urgência de mudança.

Em Portugal, desde o dia 13 de maio que estamos a viver a crédito ambiental. Nesse dia foram esgotados os recursos naturais renováveis de 2021, ou seja, já estamos a usar meios que só deveríamos usufruir a partir de 2022.

Temos de dar a devida atenção à entrada em vigor, em 2016, da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda comporta 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e pretende conjugar os principais desafios que a Humanidade enfrenta nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental), através da concretização de 169 metas até 2030. É dado especial enfoque à necessidade de transformação do atual modelo de produção e consumo, de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento das sociedades.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 25 junho de 2021, delibera:

- 1- *Saudar o Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1994;*
- 2- *Manifestar a consciência e a sensibilização perante este problema de seca e desertificação, colocando em causa a biodiversidade, a saúde, a educação, a economia e a equidade;*
- 3- *Remeter a presente Moção às Associações Ambientais do concelho de Setúbal.”*

João Luz (CDU) – A CDU irá acompanhar esta moção apresentada pelo PAN. O número de exemplos é cada vez mais flagrante, do ponto de vista mundial, dos problemas resultantes de situações meteorológicas adversas e, de facto, as questões da seca e da desertificação impõem a tomada de medidas globais, mas também locais em defesa deste recurso, que é a água.

Também aqui a defesa, pela nossa parte, da gestão pública deste recurso é determinante para salvaguardar o nosso futuro.

Esta moção, mais uma vez, não é isenta, não é isenta sequer nos exemplos que nos dá, porque muitos outros haveriam e poderiam ser dados. Poder-nos-iam ser dados exemplos concretos do modo de produção insustentável em que vivemos. Poder-nos-iam ser dados exemplos, como por exemplo, em alguns dos países mais desenvolvidos do mundo, designadamente, na Califórnia com a produção de citrinos e podiam-nos dar a imagem de que sem a alteração deste sistema, sem alteração e sem a superação do capitalismo não há solução ambiental possível.

Mais uma vez reafirmamos aqui a frase de um conhecido ambientalista, o Chico Mendes, de que “*a ecologia sem a luta de classes é jardinagem*”, e de facto as intenções são boas, nós acompanhamos, mas é preciso muito mais, é preciso fazer muito mais do que isto que aqui está.

Suzel Costa (PAN) – Pegando no que o eleito disse e tem toda a razão, foi omissa aqui da minha parte. Na página 2 “*A desertificação do solo é um problema nosso, é ambiental de todos...*”, “*Globalmente as indústrias, nomeadamente a pecuária, a agroalimentar, as regas intensivas e supraindensivas...*”. São mais exemplos, se quiser acrescentar algum, também aceito pôr mais um.



Presidente da Mesa – Tem de dizer isso para ficar em ata, porque quando se vai fazer a ata não se percebe.

Suzel Costa (PAN) – Na sétima linha a contar do fim, onde se lê “*Globalmente as indústrias, nomeadamente a pecuária...*” vamos acrescentar “*a agroalimentar, os regimes intensivos e supraindensivos*”.

Uma incorreção da minha parte urbana e menos rural que é, na terceira linha a contar do fim, na página um, onde se lê “*...para irrigação de lavouras...*” deverá ler-se “*...para irrigação de lavouras e culturas de sequeiro, como o trigo e água e/ou sequeiro como arroz...*”.

As alterações que a senhora deputada Suzel Costa fez à sua moção foram aprovadas por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos agora a Moção apresentada pelo PS tem como tema, “*Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários*”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

“Moção

Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários

1. *De acordo com as normas regulamentares comunitárias aplicáveis, a elegibilidade no acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) é fixada tendo em consideração o nível de desenvolvimento das regiões beneficiárias em concreto, apurado predominantemente a partir do indicador “PIB per capita”, corrigido pela paridade do poder de compra;*

2. *Para este efeito, o cálculo das dotações a alocar a cada Estado-Membro é, exclusivamente, efetuado com base nas regiões de nível NUTS II (nomenclaturas de unidades territoriais para fins estatísticos, neste caso de segunda ordem de grandeza, sendo as NUTS I, de primeira ordem, Portugal Continental, a Região Autónoma da Madeira, e a Região Autónoma dos Açores);*

3. *Atualmente o território de Portugal Continental encontra-se organizado em cinco NUTS II, designadamente Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo e Algarve;*

4. *Neste contexto, tendo por referência aquela organização territorial, de acordo com os critérios estabelecidos para a classificação dos sistemas NUTS e para os correspondentes níveis de apoio e taxas de cofinanciamento, o posicionamento atual das regiões nacionais é o seguinte:*

- *O Norte, o Centro e o Alentejo são considerados regiões de convergência ou menos desenvolvidas, uma vez que apresentam um PIB per capita abaixo dos 75% da média do mesmo indicador para o conjunto da EU;*

- *O Algarve é considerado como região de transição, por registar um PIB per capita entre os 75% e os 90% da média da UE para esse mesmo indicador;*

- *A AML é a região mais desenvolvida do conjunto, apresentando um PIB per capita superior a 90% da referida média da UE, sendo mesmo de destacar que esta NUTS II regista um PIB per capita superior a 100% da média UE27;*

5. *Sem prejuízo da classificação de desenvolvimento patenteada pela Área Metropolitana de Lisboa, é conhecido que os indicadores calculados à média dos dezoito (18) concelhos da AML, em particular dos nove (9) da Península de Setúbal, são fortemente inflacionados pelo PIB reportado aos concelhos mais ricos da Margem Norte, o que vem a equivaler, para o conjunto metropolitano, a níveis de riqueza fortemente distorcidos e sem reflexos reais na maioria do território de referência;*
6. *Com efeito, tendo por base dados de 2016, Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, registaram em conjunto um PIB per capita equivalente a apenas 58% da média Europeia;*
7. *Não obstante o exposto, é amplamente reconhecido que o PIB per capita da AML, se visto pela média, omite importantes desequilíbrios económicos intra-regionais, com prejuízos agravados para a convergência económica e consequentemente social, bem como para a coesão territorial;*
8. *Para apreciação das ordens de grandeza dos FEEI em presença, importa reter que o “Portugal 2030” – quadro de apoio para o período compreendido entre 2021 e 2027 – dispõe de uma dotação de 25 mil milhões de euros, e se contarmos com o Quadro Financeiro Plurianual atinge-se um montante de cerca de 30 mil milhões de euros;*
9. *Deste envelope financeiro, e em consequência também da sua classificação enquanto região ‘muito desenvolvida’, a AML através do Programa Operacional Regional respetivo terá acesso a apoios na ordem dos 380 milhões de euros (embora sem prejuízo do financiamento disponível noutros Programas Operacionais sectoriais especializados), o que representa a final menos de metade do valor do último quadro comunitário (2014-2020), e com taxas de cofinanciamento a fixarem-se, em baixa, nos 40%, quando em regiões semelhantes à Península de Setúbal se continuarão a fixar em 85%;*
10. *Desta conjugação de fatores devemos concluir pelo sucessivo reforço dos constrangimentos aplicáveis ao financiamento de operações localizadas na Península de Setúbal, em contraciclo com as necessidades de convergência e de desenvolvimento que estes territórios e as suas populações denotam;*
11. *No mesmo sentido será altamente provável, que mesmo mediante a abertura de avisos com majoração de taxas de comparticipação especialmente aplicáveis para os concelhos da Península de Setúbal, o ‘envelope financeiro’ total da AML continue a ser demasiado exíguo para as necessidades regionais, na certeza que representa uma parcela muito limitada do valor global destinado ao País;*
12. *Em todo o caso, deve ser tida como condição de base para uma melhoria futura da situação descrita, e para a melhor avaliação permanente do desenvolvimento da Península de Setúbal, a agregação da informação estatística disponível em planos territoriais mais apropriados a refletir as especificidades e o carácter autónomo de cada região, termos eventualmente melhor assegurados ao nível das NUTS III, porque são mais circunscritos;*
13. *Neste ponto importa também recordar que no âmbito da revisão NUTS 2003 se procedeu à eliminação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido criada a Região de Lisboa, a partir de então constituída pelas NUTS III da Grande Lisboa e da Península de Setúbal; passando as Regiões Oeste e do Médio Tejo para o âmbito da Região Centro, e a Lezíria do Tejo para o Alentejo;*
14. *Posteriormente, na revisão NUTS de 2013 (aprovada em 2014), a Região de Lisboa foi substituída pela Área Metropolitana de Lisboa, tendo sido eliminadas as NUTS III referidas no considerando anterior, incluindo a Península de Setúbal, numa decisão que veio recolocar*

os desequilíbrios inter-regionais com consequências diretas na comparticipação dos fundos comunitários.

15. De notar ainda que nessa ocasião ficou decidido que a AML seria simultaneamente NUTS III e NUTS II, com todos os efeitos resultantes desta equiparação;

16. A este respeito convirá notar que a NUTS III, mesmo não operando neste momento como referência geográfica para a definição dos apoios e das taxas de cofinanciamento, seria sempre um instrumento estatístico clarificador do posicionamento real da Península de Setúbal no contexto nacional e europeu, e que não permitiria certamente leituras tendentes a uma classificação de desenvolvimento económico superior;

17. Esta é uma matéria de especial relevo e prioridade para o futuro do nosso território, tanto mais porque eventuais alterações futuras às NUTS só terão efeitos práticos nos apoios do financiamento comunitário depois de 2027.

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 25 de junho de 2021, delibera:

a) Manifestar o seu apoio à diferenciação estatística da Península de Setúbal, e consequentemente a (re)constituição da respetiva NUTS III;

b) Instar que as autoridades competentes incentivem a discussão, no âmbito da União Europeia e com os Estados Membros, acerca da utilidade de passar a ser o nível das NUTS III aquele a partir do qual se procede à categorização regional ou sub-regional para efeitos de alocação de fundos estruturais após 2027, por forma a assegurar melhores respostas às necessidades específicas dos territórios e às diferenças que possam ser observadas nos diferentes planos de organização política, administrativa e funcional;

c) Que seja efetuado um estudo de avaliação da utilidade de impacto da constituição de duas NUTS II na circunscrição geográfica da Área Metropolitana de Lisboa, sem colocar em causa a composição e atribuições político-administrativas desta, conforme atualmente estruturada e em funcionamento, e/ou que contribua para uma solução alternativa coerente e pela qual, mantendo sempre a AML com dezoito (18) municípios, permita que a Península de Setúbal tenha o acesso apropriado a FEEI, adequado aos seus níveis de desenvolvimento, riqueza e coesão reais;

d) Que as alterações ora propostas sejam concluídas e apreciadas em tempo de entrarem em vigor para a definição dos apoios a prever no quadro imediatamente seguinte ao Portugal 2030.”

Vítor Rosa (BE) – Em relação a esta moção do Partido Socialista, é uma moção de uma mão cheia de coisa nenhuma e outra cheia de nada, porque temos aqui 17 considerandos e relativamente à parte deliberativa o PS acaba por empurrar o assunto para 2027, no mínimo dos mínimos. O que propõe, pouco ou nada acrescenta a isto, ou seja, “*Instar que as autoridades competentes incentivem a discussão, no âmbito da União Europeia e com os Estados Membros...*”, estamos a dar no ram, ram. “*...acerca da utilidade de passar a ser o nível das NUTS III aquele a partir do qual se procede à categorização regional ou sub-regional para efeitos de alocação de fundos estruturais após 2027...*”. Propõe, também, o PS nesta moção “*Que seja efetuado um estudo de avaliação da utilidade de impacto da constituição de duas NUTS II...*”, como se isso não fosse já uma questão que deveria estar aplicada. E por fim, “*Que as alterações ora propostas sejam concluídas e apreciadas em tempo de entrar em vigor para a definição dos apoios a prever no quadro imediatamente*

seguinte ao Portugal 2030.”. O PS quer pegar nesta ideia dos fundos comunitários e das NUTS, onde tem sido Governo e poderia ter tido outra atitude durante os últimos anos relativamente a esta matéria e chega aqui e quer tomar a dianteira desta situação. Achamos, no mínimo, que esta proposta, e fazemos esta sugestão, fosse votada ponto por ponto.

João Luz (CDU) – A primeira questão que destacamos em relação a esta moção é o alargamento do consenso no quadro da região, e julgo que podemos dizer do país, sobre esta matéria.

Recordar que em 2012/2013 este não era um tema consensual, uns quiseram e conseguiram extinguir a NUT III Península de Setúbal, outros pelo silêncio, pela omissão não deixaram de acompanhar esse processo, portanto é com alguma satisfação que, no quadro desta assembleia, vemos um alargar e um crescimento de um consenso em torno desta necessidade de defesa do desenvolvimento da região de Setúbal.

Há um conjunto de matérias nesta moção que saudamos, algumas das quais reproduzem aquilo que foi o projeto de resolução apresentado pelo PCP na Assembleia da República, e estamos de acordo e iremos acompanhar a moção que aqui nos é apresentada pelo Partido Socialista. Agora existem questões que não podem deixar de ser ainda assim colocadas, o Governo, neste caso o Partido Socialista em concreto, tem a obrigação de não esperar por 2030 e exigem-se soluções imediatas. Há um problema de assimetrias intrametropolitanas, há, de facto, uma situação prejudicial à Península de Setúbal e que dura há décadas e que foi agravada, em particular, a partir de 2012/2013 com a decisão do Governo PSD/CDS. Exige-se designadamente, e utilizando no imediato o Plano de Recuperação e Resiliência, que não é um plano regionalizado, é um plano nacional. Exige-se que o Governo crie medidas de discriminação positiva que permitam alavancar o desenvolvimento económico e social desta região, invertendo esta situação de assimetria face à margem norte da Área Metropolitana.

Depois exige-se que sejam concretizados um conjunto de investimentos públicos sistematicamente anunciados o seu desenvolvimento, depois a sua suspensão. Investimentos que nos surgem sempre como grandes simulacros para o desenvolvimento da Península, mas que depois todos nós aguardamos. É a terceira travessia rodoferroviária Barreiro/Chelas, o metro sul do tejo, a plataforma logística, o novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, enfim, mesmo aqui em Setúbal podemos ver como tem sido, quer no quadro da Península, por exemplo, o Hospital do Seixal, quer aqui em Setúbal a questão da ampliação do Centro Hospitalar, sempre adiados. Investimentos públicos da Administração Central para o enriquecimento e para a valorização do território e que são sistematicamente adiados até um dia. Vão havendo uns anúncios, agora lança-se o concurso, inscreve-se no Orçamento, a verdade é que não há concretização, pelo menos nas datas em que, por exemplo, aqui na Assembleia Municipal foram até anunciadas com pompa em circunstância.

Estamos de acordo, votaremos e acompanharemos esta moção, mas entendemos que é necessário não ficar à espera das decisões no quadro da União Europeia para se projetar o desenvolvimento da Península.

Queremos, no entanto, sugerir que na alínea c), no conteúdo deliberativo desta moção onde se refere *“Que seja efetuado um estudo de avaliação da utilidade de impacto da constituição de duas NUTS II na circunscrição geográfica da Área Metropolitana de Lisboa, isto é, Grande Lisboa e Península de Setúbal...”*, se estiverem de acordo, era retirar esta especificação *“...isto é, Grande Lisboa e Península de Setúbal...”*. Para deixar à consideração e até no quadro daquilo que são as regras europeias para a constituição das NUTS II, a avaliação por

parte do Governo e das entidades responsáveis por esta matéria do desenho e da circunscrição em concreto desta NUT II. Era apenas uma sugestão de não limitarmos, no quadro da moção que estamos a apresentar a esta circunscrição.

Manuel Fernandes (PS) – Obrigado pelas intervenções, vou começar pelo fim. Era tão bom que a bancada da CDU tivesse o mesmo escrutínio para com o executivo mediante as obras que foram propostas e prometidas e não realizadas. Ainda assim há muita coisa que tem sido realizado na nossa região, principalmente também no nosso concelho, já não falando no Plano de Mobilidade onde temos o passe Navegante ou mesmo aquilo que foi agora aprovado de mais 1,8 milhões de euros para o alargamento do Hospital de São Bernardo, entre outros exemplos que poderiam ser dados, mas nunca chegará obviamente e por isso o Partido Socialista estará sempre na tentativa de melhorar. É pena é que o escrutínio da bancada da CDU não seja igual para o executivo que tantas propostas fez, tantas promessas fez nos últimos anos e que nada concluiu, poderia nomear o Terminal 7, o Macau Legend, a nova Biblioteca, por aí fora, mas dessas esqueceram-se.

Antes demais também quero dizer que o senhor deputado Vitor Rosa não me parece muito dentro da matéria, está um bocado descontextualizado e só por isso é que fez a intervenção que fez. As datas que foram aqui avançadas como 2027, é porque não há alternativa, não há possibilidade de fazer antes e é por isso é que a NUT III terá que ser criada para criar dados estatísticos para que eles surtam efeito através do cofinanciamento comunitário e é a partir de 2027, porque antes disso não é possível. É possível sim, e aqui o senhor deputado João Luz disse, é que há outros programas alternativos, nomeadamente na digitalização, no combate às alterações climáticas, no combate ao desemprego, como por exemplo o emprego jovem, esses sim são programas intracomunitários que podem ser financiados fora daquilo que é o quadro comunitário. Esses programas estão em vigor, estão aplicados e fazem sentido fazer discriminação positiva por aquilo que é diferente, que é a unidade estatística de Setúbal ou da região de Setúbal, é e deve ser discriminada positivamente face ao resto da região e ao resto do país, daí que esses programas podem e devem ser aplicados com essa categorização em tempo útil antes de 2027. Mas são esses programas, porque aquilo a que se refere a moção é concretamente na criação de uma NUT III para posteriormente ser criada uma NUT II e os apoios comunitários serem aplicados diretamente na região de Setúbal em função daquilo que é o escrutínio estatístico da região de Setúbal, da Península de Setúbal e não na globalidade da Área Metropolitana de Lisboa. É esta a razão de ser desta moção.

Dizer que, obviamente, o Partido Socialista, por várias intervenções que já teve, quer pelos eleitos, quer, inclusivamente, por membros do Governo, e ainda há pouco tempo estive em Setúbal a Sra. Ministra da Coesão Territorial Ana Abrunhosa que assumiu que tudo fará para que até fevereiro de 2022 seja aplicado todo o dossier para a criação de uma NUT III e é isso exatamente que terá que ser feito para discriminar positivamente a nossa região em função daquilo que é a realidade estatística dos concelhos a sul do Tejo.

Posto isto, o senhor deputado João Luz apresentou uma proposta que diz que a nomenclatura ou a definição da Grande Lisboa deveria ser retirada. A definição de Grande Lisboa que aparece aqui na alínea c), não aparece por acaso, ela já existia antes de ser destruída ou de ser eliminada a NUT III, ela era assim definida, Grande Lisboa e Península de Setúbal. Não vejo razões para não aceitar a proposta da bancada da CDU, mas ainda assim era esta a definição que tinha quando era a NUT III Península de Setúbal e quando era a NUT III Grande Lisboa,

era assim que era definida. Não vemos qualquer dificuldade em aceitar esta proposta de alteração.

João Luz (CDU) – Era só para esclarecer que a questão não tinha a ver com a designação, tem a ver apenas com o desenho que está aqui proposto e que pode não ser este desenho em concreto. É apenas isso, é deixar o espaço em aberto para a decisão.

Pedi para intervir por duas questões paralelas, mas que penso que são relevantes para esta discussão.

É verdade que tivemos, recentemente, aqui na região uma Ministra deste Governo a anunciar o que anunciou. Bom, mas em matéria de avanços e recuos sobre esta questão de membros do Governo do Partido Socialista temos um histórico, a Ministra a dizer uma coisa, o Secretário de Estado a desmentir outra, os deputados a dizerem outra, vamos aguardar. Esperemos que seja assim e estamos crentes que assim será, fazemos um voto de confiança para que aconteça, mas temos que ter algumas cautelas.

Depois relativamente aos exemplos que o senhor deputado referiu, eles são de facto curiosos, o passe Navegante, cujo esforço financeiro que é conhecido por parte dos municípios, a Biblioteca e o Terminal 7 que foram anunciados que seriam construídos com fundos comunitários, os tais fundos que a Península e a região não têm e que Setúbal não tem. Se quiser digo-lhe assim, em matéria de oposição à Câmara Municipal e de exigência aos membros da Câmara Municipal, se calhar, esta bancada da CDU tinha algo a ensinar a Vossas Excelências, porque somos muito mais exigentes do que pensam. Se calhar somos muito mais exigentes e, se calhar, é por isso que alguns dos senhores eleitos na Câmara Municipal várias vezes, em conversa connosco dizem que somos piores do que a oposição. Se calhar andam a fazer mal o trabalho.

Paulo Calado (PPD/PSD) – O PSD quer intervir também neste ponto, uma vez que iremos acompanhar a proposta feita pelo Partido Socialista, mas, no entanto, não queríamos deixar de ressaltar aqui algumas questões que foram aqui mencionadas e outras estarão subentendidas.

O PSD, ainda recentemente, propôs ou fez uma iniciativa parlamentar no sentido de criar a NUT III Península de Setúbal, curiosamente é o partido que toma esta iniciativa aqui na assembleia, o Partido Socialista, que votou contra, foi o único partido que votou contra essa iniciativa. Houve outras iniciativas, é verdade, mas o PSD também acompanhou essas iniciativas nesse sentido e isso é que interessa.

Não podemos ser sectários relativamente a matérias como estas, que são importantes para a nossa região, que é, talvez, uma das regiões mais pobres do país, vista como Península de Setúbal só, e não sendo sectários também temos que relembrar que, apesar da situação em que nos encontramos hoje, há medidas de exceção que podem ser utilizadas e o Governo até as utilizou, curiosamente em 2019, que foi um ano de eleições, mas terá sido apenas uma coincidência, que permite libertar mais verbas para esta região.

No entanto, como referimos, vamos acompanhá-la e votaremos favoravelmente.

Manuel Fernandes (PS) – Ia fazer apenas uma intervenção num sentido, mas depois da intervenção do senhor deputado Paulo Calado tenho que dizer mais qualquer coisa.

Dizer que, obviamente, os fundos comunitários servem exatamente para fazer as obras que este concelho tem feito ao longo destes anos todos, aliás não recordo que exista alguma obra que não tenha tido o Fundo Comunitário por trás, a não ser que exista alguma que tenha sido beneficiada por um mecenato. Ou é o mecenato ou são os fundos comunitários, outra forma não seria possível realizar aqui qualquer tipo de obra.

Dizer que, apesar de tudo, são os fundos comunitários que têm financiado o programa da CDU aqui.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Paulo Calado, quero afirmar o seguinte, não estive na Assembleia da República, portanto eu próprio nunca poderia votar aquela moção apresentada pelo PSD, mas tenho pena, porque se eu lá estivesse também teria que votar contra e votava contra com toda a convicção. É que os projetos de resolução apresentados, foram quatro, um do PSD, um da CDU, outro da Iniciativa Liberal e outro do Bloco de Esquerda, o do PSD não mereceria mesmo, de qualquer forma, o voto favorável. Não merecia pela simples razão, é que para além de ser o responsável pela situação que está criada na Península, através do cofinanciamento dos fundos comunitários, não prevê a NUT II, não prevê novamente a aplicação da NUT III, com os novos programas comunitários é praticamente nula relativamente a essa matéria e não refere nenhum dos pontos fortes de financiamento e nem existe nenhuma mudança relativamente ao após 2027. Para o PSD, aquilo que acabava era apenas criar programas adoc até 2027 e rever a NUT III que retirou em 2013. Era parca em propostas, não resolvia o problema do cofinanciamento da Península e não favorecia a região.

Essa moção não servia esse projeto de resolução, não resolvia qualquer tipo de problema na região.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Paulo Calado pediu a palavra, mas não tem tempo.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Senhor Presidente, não tenho tempo, mas o PAN não tem tempo, a câmara não tem tempo e, no entanto, falaram, tem que haver aqui algum equilíbrio. Ainda por cima estamos a falar de um assunto que é relevante. Era apenas para dar uma resposta ao senhor deputado Manuel Fernandes.

Presidente da Mesa – Senhor deputado, todos os assuntos que tratamos aqui na Assembleia Municipal são relevantes e agora tomo nota de uma questão que o senhor deputado aqui levanta, e fá-lo publicamente, que é relativamente a alguma condescendência que tenho tido no tempo, isto significa que o senhor deputado a seguir obriga-me a que não tenha nenhuma condescendência relativamente a ninguém. Era só para isto ficar claro e para que todos os senhores deputados percebam esta situação.

Mas já agora que o senhor deputado chamou a atenção para o facto de alguns tempos terem sido ultrapassados, mas tenha em conta, também, os limites de tempo, ou seja, nas condescendências que foram feitas relativamente aos outros partidos. Faça favor.

Paulo Calado (PPD/PSD) – É só para responder ao deputado Manuel Fernandes. Deve haver aqui algum tipo de equívoco, aliás ele próprio refere, e com razão, que nenhuma das quatro iniciativas que foram apresentadas no parlamento foram do Partido Socialista, o que não deixa de ser curioso, porque vem a ser propostas aqui na Assembleia Municipal, como sabemos não é o órgão competente para tal, podemos defendê-lo, como defendemos e vamos votar

favoravelmente a moção, mas não somos nós que decidimos essa questão em concreto. Quero só registar isso que foi dito pelo próprio deputado Manuel Fernandes.

Relativamente aos tempos, julgo que no futuro, provavelmente nenhum de nós estará cá (não sei, vamos ver) nesta assembleia, mas terá que ser também revisto o facto da própria Mesa, que é composta por membros eleitos de uma força política, também contar para a contagem do tempo que é registado no quadro.

Presidente da Mesa – Obrigado pelos seus contributos, senhor deputado, mas não é no próximo mandato, aquilo que eu disse é para ser na proposta a seguir, porque estamos nesta sessão. Existir uma condescendência, creio que é uma situação normal, até tendo em conta as condições de trabalho que aqui temos, mas como o senhor chamou a atenção para isso e naturalmente que a Mesa tem de atuar em conformidade, porque é isso também que o nosso regimento determina e isso não será no próximo mandato, será já na proposta que se segue.

João Luz (CDU) – Quero apenas solicitar um esclarecimento, porque já não é a primeira vez que alguns eleitos do Partido Socialista, nomeadamente o deputado Manuel Fernandes, coloca aqui a interrogação sobre o facto de os investimentos da Câmara Municipal serem cofinanciados com fundos europeus, a pergunta que lhe faço é se é contra esse cofinanciamento e se entende que todos os investimentos municipais deviam ser feitos apenas com recursos e fundos próprios.

Presidente da Mesa – Vou pôr à consideração da assembleia a alteração que foi proposta pela CDU, retirar a expressão “Grande Lisboa e Península de Setúbal” cujo texto ficaria: “...na circunscrição geográfica da Área Metropolitana de Lisboa, sem colocar em causa a composição e atribuições político-administrativas desta...”.

Esta alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Mesa – Agora com esta alteração incluída, vou pôr a moção a votação e o senhor deputado do Bloco de Esquerda propôs que se votasse a moção ponto a ponto nas alíneas a, b, c e d.

A alínea a) foi aprovada por unanimidade.

A alínea b) foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 BE e 1 do PAN.

A alínea c) foi aprovada por maioria, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 2 abstenções do BE.

A alínea d) foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 BE e 1 do PAN.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção na sua globalidade aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 2 abstenções do BE.

III – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos um pedido de intervenção e irei dar a palavra ao senhor Fernando Jorge dos Santos Sousa, esclarecendo que a intervenção não pode ultrapassar os cinco minutos (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22).

Fernando Jorge dos Santos Sousa – Sou morador na Rua do Moinho n.º 9 – A 62, e a casa até foi dada pelo Sr. Mata de Cáceres.

Acontece que vivi 12 anos com uma primeira companheira, separamo-nos a bem e fiquei com 3 filhos e cada qual foi para seu lado. Entretanto em 24 de outubro de 2018 disse-me que queria tirar o nome na casa, porque não queria viver mais comigo, queria viver como companheirismo e como acho que sou um homem muito novo e não aceitei, mas ela assinou para sair da casa.

Sou uma pessoa séria e nunca pensei que ela me fizesse mal, mas ela meteu uma ação em tribunal por violência doméstica, em que ficou provado que não houve violência doméstica. Fui à câmara para tirarem o nome dela, mas não me aceitaram, porque ela meteu uma ação para ganhar a casa na relação de Évora. A minha advogada conseguiu saber, através do tribunal, que há uma carta de uma dona Luísa que disse que eu podia recorrer para não ficar sem a minha casa, que nunca recebi.

Ela quando saiu de casa, arranjou outra na Fonte Nova, entretanto conheci uma outra companheira, que está ali, atualmente vivo com ela e a outra quando soube disse-me que *“Agora em vez de ser só uma, já somos duas a destruir-se e hei de te ver na rua.”*

Eu criei o filho dela desde os três anos de idade até aos vinte e poucos e nunca lhe dei uma chapada, mas ela bateu no filho, e ainda hoje ando com o carro do filho dela e se eu fosse mau pai ou marido, o filho nunca me emprestaria o carro.

Tenho um processo a decorrer em tribunal por causa desta senhora com quem estou que tem um filho que, infelizmente, teve uma má vida, e estou a pedir para o miúdo, que se encontra numa instituição, vir para junto de nós. Já fui a Sines, mas não posso ir lá muitas vezes, porque a minha vida económica não me permite e agora recebo da câmara uma carta a dizer que tenho 10 dias para sair da minha casa.

Fartei-me de trabalhar naquele prédio, fiz de tudo ali, e tenho 10 dias para sair da minha casa, tenho uma criança que quero criar como criei o filho dela e que nunca lhe toquei com um dedo, e agora para onde é que vou viver? Respondam-me os senhores, para onde é que vou viver? Para a rua? Com a mulher e com uma criança que está numa instituição? É injusto!

Digo-vos uma coisa, se for para a rua, vou dormir para os Paços do Concelho, porque sou muito homem para ir dormir para lá, nem aos animais se trata mal, quanto mais agora a um ser humano.

Estou farto de trabalhar, ainda o Matias era da câmara, e tinha vazado na parte de baixo do nosso prédio e eu é que pus os portões, eu é que arranjei materiais elétricos para chumbar o ferro aos pilares, pintei aqueles três prédios, a câmara dava a tinta, os rolos eram meus e eu é que os pintava. Ainda há pouco tempo andei a pintar e a meter chão outra vez e o que a câmara me diz é que não pode ir contra a decisão do tribunal. Então investiguem, porque ela trabalhava para a câmara, trabalhava a varrer os pátios e disse-me que não me fazia mal, mas como me juntei a esta senhora é que pensou em me ia tirar tudo. Investiguem como é que ela conseguiu tirar-me os postais do correio e conseguiu fazer com que eu não tivesse acesso à

carta que veio para eu poder me mexer, que a minha advogada conseguiu saber que houve uma senhora Luísa que assinou essa carta. Por causa disso estou na rua, com a mulher e com um filho que quero tirar de uma instituição.

Ela não é mais que ninguém, mas também não tem o direito de me fazer isto, porque ela disse mesmo à boca cheia que por me ter juntado com esta mulher é que me ia fazer de tudo para me tirar tudo.

Não tenho vergonha em expor a minha vida, eu tirei essa mulher da vida, ela trabalhava na noite, criei o filho dela desde os três anos de idade e agora é justo ir viver para a rua?

Agracia que vissem a minha situação, porque não mereço e sou um homem que estava a trabalhar lá fora na LTEC numa refinaria, deixei a minha caderneta com o filho que está com ela agora, que já é maior de idade e que é meu filho também, tive dois filhos com ela e criei o dela que também é meu filho, porque pai é quem cria, não é quem faz. Estava a trabalhar na refinaria e todos os dias telefonava para os meus filhos e deixei a caderneta com o meu filho e disse que se a mãe dele precisasse de dinheiro para ir ao banco com a mãe e levantar o dinheiro que fosse preciso. Sabe o que é que ela fez? A caderneta ficou presa e como conhecia uma senhora no Montepio, ela deu-lhe uma caderneta nova e quando cá chego, em vez de ter perto de 8 mil euros, tinha mil e poucos euros na conta, porque ela levantou o meu dinheiro todo, como já se queria ir embora e fez-me tudo isto. E agora, vou para a rua viver?

Existe um processo e as Assistentes Sociais já lá foram a casa e viram que sou um homem de família e asseado e que o miúdo podia vir viver com a gente e disseram para ir mais vezes à instituição, nem que fosse uma vez por mês, para darem o parecer ao tribunal para a criança vir para junto de nós. Agora quando a criança vier para junto de nós, vamos dormir para onde? Para a rua com uma criança?

Não saio daquela casa, nem que arrebente lá dentro. Peço desculpa a todos, mas estou muito desesperado.

Presidente da Mesa – Senhor Fernando, certamente que a Câmara Municipal vai apreciar a sua situação no sentido de encontrar uma solução para o seu caso. Aliás o Sr. Vice-Presidente da Câmara está a pedir a palavra para lhe responder.

Vice-Presidente da Câmara – Tenho alguma informação sobre este caso, que é uma situação bastante pungente, é uma situação muito delicada, mas quero deixar aqui claro que a câmara não promoveu, nem promove a saída deste senhor. É uma situação de conflito familiar e é uma decisão judicial, a guarda parental da criança foi atribuída à mãe e por esse motivo a habitação também lhe foi atribuída.

O Juiz intimou a câmara por causa da atribuição da casa à mãe da criança, é uma daquelas situações que a câmara tem uma intimação do tribunal, mas não promoveu a saída do senhor e reconhece que enquanto ele tem morado na casa, tem feito um bom trabalho na manutenção e até na recuperação da mesma. Isso é reconhecido e as pessoas da vizinhança conhecem bem, mas a situação é do foro judicial e a câmara tem que socorrer-se dos meios atuais e legais para as situações urgentes e tem que tratar isso com a Segurança Social para encontrar uma alternativa. O que a câmara não consegue reverter são as decisões dos tribunais.

Não discuto o caso, porque não tenho mais conhecimento, só tenho esta informação genérica. Não tenho pormenores, não posso esclarecer mais, só tenho esta informação concreta e a câmara está a trabalhar com o senhor, os serviços da habitação, para ver se encontram alguma solução rápida nas medidas urgentes com a Segurança Social para não agravar mais este caso.



Presidente da Mesa – Senhor Fernando, aqui também temos que cumprir algumas regras e como existem muitos pormenores e são questões que têm que ser clarificadas, sugeria que o senhor se pudesse inscrever nos serviços de habitação da câmara no sentido de poder argumentar junto dos mesmos isso que nos contou aqui, para se ver até que ponto é que a câmara poderá fazer alguma coisa para clarificar melhor a situação.

A câmara, como o Sr. Vice-Presidente já disse, não pode interferir nas decisões do tribunal, o que percebi da explicação que o senhor deu é que a câmara poderá, eventualmente, tomar alguma medida se o senhor apresentar algum documento, alguma argumentação ou com a sua advogada no sentido de a câmara poder fazer alguma coisa, o que sinceramente, de momento, não vejo como, mas também não é numa intervenção destas que ficamos a perceber aprofundadamente o problema. Por isso, volto a dizer, que é preferível que o senhor Fernando solicite, inclusive, uma reunião com o Sr. Vereador do pelouro no sentido de se poder ver o que é que a câmara poderá ainda fazer para alterar essa situação.

Pelo que o Sr. Vice-Presidente já disse e pelo que é conhecido na câmara, trata-se de uma situação injusta, mas também referiu que à Câmara Municipal não é possível interferir nas decisões do tribunal.

Solicite uma reunião com o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que tem o pelouro da habitação, no sentido de ver como é que se poderá, eventualmente, intervir na alteração desta situação.

Senhor Fernando, não poderemos aqui fazer mais nada, de qualquer forma obrigado por trazer aqui a sua questão.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa – Entrámos no período da ordem do dia, mas há uma proposta que a Mesa faz à assembleia e é no sentido de alterarmos a posição das propostas que estão na ordem do dia. Relativamente à deliberação n.º 112/21 sobre “3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Inscrição de saldo não consignado 2020”, significa que para apreciarmos a proposta da Prestação de Contas, devemos primeiro votar esta proposta para quando formos votar a Prestação de Contas já estar incluído o saldo daquela proposta.

Senhoras e senhores deputados, proponho que o ponto 2 da Ordem de Trabalhos seja a deliberação n.º 112/21, seguindo-se depois as propostas que estão devidamente identificadas.

João Viegas (CDS-PP) – A proposta é que se discuta primeiro e que se vote a alteração?

Presidente da Mesa – Não é a alteração. O que se propõe é uma alteração à Ordem de Trabalhos, em que a deliberação n.º 112 passe para o ponto 2 da mesma, para que o saldo expresso nessa proposta...

João Viegas (CDS-PP) – A 112 não é a alteração orçamental?

Presidente da Mesa – Inclui também esse saldo.

João Viegas (CDS-PP) – É que se as contas, eventualmente, não fossem aprovadas não havia saldo.

Presidente da Mesa – Na proposta da Prestação de Contas já lá está esse saldo consignado e foi aprovado na reunião de câmara assim. Podemos não aprovar, mas isso é outra questão. Agora, para podermos apreciar devidamente a Prestação de Contas, aquele valor do saldo vem de algum lado, se só depois é que formos votar ou apreciar essa proposta, antes não sabemos de onde é que vem aquele valor do saldo. Primeiro tem de ser aprovado...

João Viegas (CDS-PP) – Mas primeiro tem que ser a Prestação de Contas, daí resulta um saldo e depois a alteração.

Presidente da Mesa – É ao contrário. O senhor deputado não está a perceber, é ao contrário. Na “3.ª alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos”, diz ainda, “inscrição de saldo não consignado em 2020”, significa que...

João Viegas (CDS-PP) – Esse saldo resulta da Prestação de Contas.

Afonso Luz (CDU) – Julgo que isto não é uma questão que se coloque, porque este saldo não consignado já está aprovado pela Câmara, que é quem aprova. A Prestação de Contas só vem aqui ser apreciada e votada, mas aprovada já está na câmara. Uma coisa não é dependente da outra, mesmo que aqui a Prestação de Contas fosse reprovada, o saldo era este e já estava aprovado pela câmara e nós votaríamos na mesma esta alteração. Não me parece que esta ordem esteja incorreta, quanto a mim, não implica uma coisa com a outra.

Presidente da Mesa – Agradeço é que depois as questões que me forem colocadas, também, sejam ponderadas antecipadamente no sentido de não perdermos tempo com estas questões.

Vice-Presidente da Câmara – É só para tentar dar uma ajuda, porque é uma questão meramente técnica e vejam lá se fazem consenso com isso ou não. A ordem agora é indiferente, porque a eficácia das deliberações só se adquire após a aprovação da Ata em Minuta, no decorrer da reunião, a não ser que haja uma aprovação autónoma em minuta. A ordem é relativamente indiferente, porque a eficácia só ocorre no momento em que se aprova a Ata em Minuta.

Presidente da Mesa – Agradeço todos os esclarecimentos, mas já agora fica também esta nota, que antes de proporem estas alterações à Mesa que as ponderem devidamente, porque agora parece que há vários senhores deputados que consideram que não é necessária esta alteração.

João Viegas (CDS-PP) – Só para esclarecer quem é que propôs essas alterações, a assembleia não teve conhecimento dessa proposta, foi da sua iniciativa.

Presidente da Mesa – Naturalmente que quando me fazem as propostas, assumo a responsabilidade das mesmas, mas já agora era necessário dizer estas questões.



1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Abril-Maio 2021

Este documento está registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Na página 94 deste relatório refere que foram capturados, em abril, 384 pombos e neste momento, de acordo com testemunhos e relatos oculares, o denominado pombal está neste momento praticamente vazio. Perguntamos então o que é que aconteceu aos pombos capturados.

Desde o início deste mandato, e até antes, que o PAN tenta que exista um controlo ético da população de pombos, através de pombais contraceptivos, mas a autarquia na semana passada disse-nos que este não era eficaz.

Senhor Vice-Presidente, sei que as decisões são políticas, mas também não podemos nunca olvidar os conhecimentos científicos existentes, nem o tempo em que vivemos ao não incorporar alguma das sensibilidades e experiências já testadas pela sociedade.

Senhor Vice-Presidente, o PAN questiona, também, qual é o método então eficaz. O que é que está a ser utilizado no denominado pombal, sem o método dornic ou algum abate, já que os pombos desapareceram na sua maioria.

Também perguntámos na semana passada a respeito desta temática, aqui com o relatório de atividades e, também, não nos responderam quais eram os métodos utilizados na captura de pombos, se eram canhões de rede ou canhões de gás.

Senhor Vice-Presidente, a promessa do pombal contraceptivo ficou, de facto, por cumprir. No entender do PAN, na antiga vacaria não temos uma estrutura que atraia as aves em virtude da disponibilidade de alimento, água e sombras.

A senhora vereadora referiu, na assembleia passada, que, como é obvio, quando fazemos as capturas, fazemos também a diferenciação dos animais que estão saudáveis daqueles que não estão saudáveis. Assim, de acordo com a autarquia, deve haver alguma avaliação do estado sanitário e devem existir relatórios também dessas avaliações, assim como o paradeiro destes pombos, os quais gostaríamos que nos fossem facultados, podendo ser mais tarde.

Senhor Vice-Presidente, elogiamos, de facto, elogiamos muitas vezes o que é para ser elogiado e não é por estar hoje em direto ou não, quando são propostas progressivas, éticas e mostram trabalho bem feito, que já têm mostrado, mas também somos oposição e chamamos sempre a atenção para o que está mal e tentamos contaminar de modo a que façam mais e melhor.

Temos ali uma gaiola, uma prisão, um local onde os que ali resistem procriam aumentando ainda mais a população. Senhor Vice-Presidente, as asas, como diz a música, são para voar, não para estarem confinadas.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Venho aqui fazer uma breve observação. Como é que pode haver uma apreciação da Presidente da Câmara, se a mesma não tem estado presente, nem em grupos de comissão, nem nas ruas de Setúbal, nem nas sessões da Assembleia Municipal. Como estamos a ver não está presente.

Vice-Presidente da Câmara – Agora tenho que confessar a minha incapacidade de resposta, não estou à altura das questões técnicas e científicas da deputada Suzel para lhe conseguir explicar como é que os pombos entram, saem e voam da casota.

Afinal aquilo que pensávamos que era um hotel de 5 estrelas, é uma prisão e não tenho capacidade para lhe responder sinceramente. Julgava que estava a fazer um belo trabalho, mas veio aqui declarar que não. A não ser que a vereadora Carla Guerreiro consiga de forma prática explicar melhor o trabalho em abono dos nossos pombinhos.

Vereadora Carla Guerreiro – Dizer a todos os senhores deputados que o executivo da câmara tem tomado as decisões políticas que têm sido as mais acertadas, do nosso ponto de vista, relativamente à questão do nosso CROAC. Isto tem dado um grande conforto aos nossos técnicos, aos nossos médicos, ao pessoal que trabalha nesta valência, tomando as decisões técnicas e científicas mais acertadas, que neste caso, na captura dos pombos.

Não cabe a este executivo dizer propriamente aos serviços técnicos que tipo de relatórios é que devem fazer. Os relatórios estão feitos, tecnicamente eles estão justificados e temos, com certeza, pessoas muito competentes a trabalhar no nosso CROAC.

A questão política que se podia colocar é se a Câmara Municipal criou as condições necessárias para o aumento do bem-estar animal no nosso concelho e a resposta, que me parece que poderá não ser para todos unanime, mas na nossa parte é que sim, tem vindo a criar, cada vez mais, as condições para que no nosso município os animais tenham melhores condições. No caso dos pombos exatamente a mesma questão, existiam antigamente, como sabemos, planos de controle da população de variadas maneiras, hoje aquilo que temos é uma captura dos animais que na via pública não estão em condições e ainda temos alguns sítios onde os animais estão doentes e eles são recolhidos ao nosso pombal e depois são comprados medicamentos, são tratados, são compradas rações especiais e muitos deles recuperam.

A senhora deputada do PAN diz que acha que só estão lá meia dúzia, não sei quem é que fez essa contagem, mas vou fazer chegar o número de animais que temos no pombal para que não haja nenhuma suspeição, nem nenhuma questão relacionada com esta situação, porque é muito desagradável dizer que alguém viu que estavam lá meia dúzia de animais. Não estão lá meia dúzia de animais, o pombal, por acaso, até tem bastantes animais, os animais têm bastante espaço, têm um espaço onde se podem resguardar e têm um espaço onde podem estar no exterior e, infelizmente, tendo em conta a natureza dos próprios animais e porque estão em recuperação derivado a doenças, não os podemos voltar a libertar. Essa é que é a questão.

As decisões políticas foram tomadas e temos total confiança nos técnicos que estão neste setor e que têm vindo a fazer o melhor trabalho possível.

2. Deliberação n.º 138/21 – Proposta n.º 26/2021 – DAF/DICONT/DICOR – Prestação de Contas e Relatório de Gestão Relativos ao Exercício de 2020

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e três votos contra, 1 do PPD/PSD, 1 do PS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Jerónimo Lopes (CDU) – Antes do parecer fazer uma correção, que peço que tomem nota, na ata da comissão onde refere as presenças, por parte do executivo e dos técnicos, menciona a presença do Sr. Eng.º José Miguel Madeira, não está correto, quem esteve presente foi o Sr.



Eng.º Alexandre Freire, Diretor do Departamento de Ambiente. Depois será corrigido no original da ata.

A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, como voto de qualidade do Sr. Presidente da comissão, 5 votos a favor da CDU e 5 votos contra, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

António Dias (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 3 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 2 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Vítor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda também segue algumas das reservas do auditor e acrescentamos outras.

A previsão orçamental de 2020, apresentado pelo executivo, era no valor de 135.974.700,00€, a receita apresentada aqui anda na ordem dos 94.500 milhões, já incluindo os tais 4 milhões de contas anteriores e da despesa o valor de 93 milhões. Ou seja, em ano de pandemia e em termos médios, ficámos 42 milhões muito longe daquilo que foi a previsão orçamental de 2020. Ficámos na possibilidade daquilo que era possível e desejável fazer no reforço do apoio aos mais vulneráveis.

No ano de maior exigência e compromisso para uma maior taxa de execução, apostámos sobretudo no desenvolvimento de obras que serviram mais para inaugurações, com direito a fotos de primeira página, do que propriamente o aumento na resposta social.

Não deixa de ser curioso que na despesa orgânica, que a Câmara Municipal com 16%, gaste mais do que os departamentos de educação, saúde, cultura, desporto e direitos sociais juntos, 12%. Ou ainda com o Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo, com 7%, gaste mais do que o Departamento de Educação e Saúde com apenas 4%.

Continuamos a assistir ao peso e dependência da receita fiscal através da taxa de IMI, revelando a falta de outras opções, por parte do executivo, na procura de alívio fiscal para os nossos municípios.

Já agora, em nota de rodapé, a Sra. Presidente, em declarações à comunicação social, afirmou que este executivo deixava 500 milhões de ativos. O balanço de 31 de dezembro de 2020, segundo o auditor, aponta para 384 milhões.

Quer a Sra. Presidente ou alguém do executivo esclarecer onde estão os restantes 116 milhões de ativos que não constam neste relatório, nesta audição?

Este balanço, no fundo, é o reflexo puro e duro de opções e prioridades no qual não nos revemos, por isso o nosso voto contra.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Para afirmar a posição do PSD neste ponto. Iremos votar contra a Prestação de Contas, uma vez que consideramos que o balanço efetuado neste ano não é positivo num conjunto de matérias, que dizem respeito à gestão da cidade, tendo em vista algo que repetidamente viemos defendendo ao longo dos anos, inclusive para este ano orçamental, referente ao ano passado, que era o apoio possível a muitas famílias setubalenses. Isso implica uma baixa substancial da taxa do IMI, que não foi feito, a aplicação do IMI familiar e a devolução naquilo que seria possível do IRS, daquilo que são os rendimentos dos setubalenses.

Realçamos o facto de o valor orçamentado estar muito distante daquele que foi o realizado, com um valor apenas cerca de 20%, para investimento. Tivemos muitas dúvidas com a aquisição do IMA Parque, ao qual ainda não se percebe muito bem qual é a utilidade que a Câmara pensa dar e como tal, entendemos que deve ser sancionado essa posição com o nosso voto contra.

Queríamos realçar algo que vem passando de ano para ano, que está sempre previsto no Orçamento e na Conta de Gerência, que é a dívida substancial da Águas do Sado ao Município e que, como verificámos, nunca é cobrada, nem se demonstra que haja tentativa de cobrança.

Mário Aranha (PS) – Uma pequena nota prévia, o parecer do ROC sobre as contas só nos chegou hoje e tem muitas reservas, isto deveria ser discutido e votado em separado, há muitas coisas que gostaríamos de ter o esclarecimento por parte da vereação, porque aparentemente aquilo que nos foi entregue tem uma série de situações que precisam de ser explicadas.

Esta execução orçamental é, sem qualquer sombra de dúvida, marcada por algumas más escolhas do passado, pela pandemia e pela falta de resposta aos desafios do futuro, continuam a apostar em políticas e opções erradas, em fórmulas gastas que não resolvem os problemas antigos e muito menos prepara o concelho para o pós pandemia. Sendo este documento a expressão numérica das opções políticas do executivo camarário, verificamos a resposta titubeante da CMS aos efeitos nefastos da pandemia no tecido económico e social do concelho. Segundo a página 16 do relatório “o impacto” é resultado de medidas ativas efetuadas que rondaram os 1,538 milhões de euros, ou seja, apenas 1,105% do orçamento total executado pela autarquia. Para uma situação absolutamente excepcional, o PS defendeu um programa municipal integrado de apoio às famílias, empresas e entidades sem fins lucrativos, programa esse chumbado pela maioria CDU. Esta resposta camarária minimalista em termos orçamentais, só vem reforçar a justiça das propostas do PS e acentuar a oposição veemente do PS à falta de respostas da CMS, no combate aos efeitos da crise pandémica. Contudo, nem mesmo uma crise económica e sanitária sem precedentes impediu a continuada da penalização fiscal dos residentes do concelho, em 2020 foram cobrados ainda mais 319 mil euros, fazendo um total de 41,108 milhões de euros de impostos diretos suportados pelos setubalenses e azeitonenses em ano pandémico. Acresce ainda que a CMS recebeu mais 621 mil euros em transferências correntes, houve mais do que margem para uma resposta mais robusta na mitigação da pandemia, incluindo, por exemplo, a devolução de impostos municipais aos cidadãos. Talvez a maior evidência o esgotamento e a falta de soluções do atual executivo camarário, sejam a bizarra contradição no que concerne ao designado IRS municipal, com todos os problemas decorrentes da pandemia, mesmo assim a CMS não se coibiu de receber mais 533 mil euros em IRS municipal, um incremento de 8%, face a 2019. O total desta parcela nas receitas municipais atinge já uns impressionantes 7,627 milhões de euros. O PS já há muito defende que pelo menos, uma parte deste valor, poderia e deveria ter sido devolvido aos contribuintes. No ano 2020 teria ainda mais impacto, seria mais necessário e justo, mas não foi isso que aconteceu. É um estranho fenómeno, os mesmos partidos que estão sempre descontentes com o montante de baixa de IRS em S. Bento aprovados pelo Governo, são os mesmos que na Praça do Bocage aumentam o montante do IRS cobrado. Como indiciava o orçamento de 2020, os velhos problemas continuam por resolver, ano após ano, manifesta falta de vontade política ao qual o PS se opõe frontalmente, a fragilidade dos rendimentos de propriedade, a sempre a eterna dívida à Águas do Sado no valor de 13 milhões de euros, que continuam por cobrar há vários anos, o aumento em 10%, em despesas com publicidade,



chegando estas a verbas no valor de 1 milhão de euros, o prazo médio de pagamentos acima de 110 dias e obviamente, uma estrutura de despesa completamente distorcida, apenas 29%, em investimento e 71%, são despesas correntes. Acresce ainda que, para além dos problemas não resolvidos em 2017 até à data, existe um dado deveras preocupante, em 2020 houve um aumento de 3,74 milhões de euros em empréstimos, aumento esse não explicado, nem pelo impacto da pandemia, nem pela execução de investimento, cujo volume total até desceu face a 2019. Parece-nos uma decisão claramente errada, pois indicia estar a aumentar dívida para financiar despesa corrente e não para aumentar o investimento. Como referimos, esta mingua no investimento tem um impacto direto na vida da autarquia e na vida dos munícipes, no presente e principalmente no futuro de Setúbal. Damos alguns exemplos: No contínuo dispêndio de montantes pagos em juros de mora, em 2020 quase 700 mil euros, quando se poderia investir em projetos para minimizar este problema; Ausência de captação de investimento produtivo relevante; Inexistência de um ecossistema de “Startup” de base tecnológica, onde andam os unicórnios e as gazelas sadinas; Na quase irrelevância da descarbonização da CMS no concelho e no combate às alterações climáticas. Enquanto é que diminuiu a pegada ecológica da CMS? Como está a evolução de veículos não poluentes no concelho? Qual a percentagem de casas com certificação energética, algo superior, no parque de auto de casas da cidade?

Para finalizar, mais ainda do que uma contestação técnica ou política, existem números concretos que preocupam de sobremaneira o PS, o despovoamento de Setúbal, em contraciclo com os outros concelhos da península. Um concelho que ofereça qualidade de vida em todas as vertentes, como emprego qualificado, habitação a preços acessíveis, nível de impostos equilibrados, bons apoios familiares, infraestruturas de lazer, cultura ou desporto, uma economia concelhia dinâmica, naturalmente atrai população. Se alguns destes fatores forem maus ou inferiores aos concelhos vizinhos, este território perde população e os outros ganham, como é natural. Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, a Península de Setúbal no seu conjunto, entre 2011 e 2020 ganhou 0,13% de população, infelizmente o concelho de Setúbal foi o que mais perdeu população menos 5,45%, concretamente menos 6.586 habitantes, no conjunto dos nove concelhos da península. O que a frieza dos números nos indicam é que, apesar de tudo, o potencial que Setúbal possui, os concelhos vizinhos são mais atrativos para viver, enquanto o nosso perde mais do que todos os outros no seu elemento fundamental, os seus habitantes. Não queremos continuar por este caminho de despovoamento e de definhamento. O PS na CMS, na Assembleia Municipal, nas Assembleias de Freguesia sempre tem apostado em propostas alternativas e construtivas para inverter esta tendência, por isso votamos contra esta Prestação de Contas, pois não foram resolvidas questões do passado, navega-se à vista no presente e não se prepara o futuro.

Afonso Luz (CDU) – Pelas intervenções anteriores verifica-se que existe uma enorme confusão sobre as competências da Câmara Municipal e até sobre as competências desta própria Assembleia. Uns defendem que a Câmara Municipal deveria substituir-se à Segurança Social e não fazia mais que apoiar os pobrezinhos, outros, não sabendo ler os números, confundem património bruto com património líquido e apresentam números ditos pela senhora Presidente, que nada tem a ver uma coisa com outra, outros ainda, vêm sugerir o voto do parecer do Revisor Oficial de Contas. Ao contrário do que aqui foi dito, o Partido Socialista não apresentou nem na Câmara Municipal nem nesta Assembleia, durante todo este período, qualquer proposta no âmbito dos apoios à pandemia, quer à economia quer às famílias.



Sobre a Prestação de Contas temos que deixar algumas notas. Uma palavra de saudação ao executivo e aos serviços do Departamento de Administração e Finanças, envolvidos na elaboração destes documentos, pela forma como estão apresentados, que nos permitem uma apreciação bastante pormenorizada das contas de 2020 e da sua comparação com 2019, mesmo nos casos em que essa comparação não era obrigatória ou completamente possível. Trata-se do primeiro ano de aplicação do novo normativo contabilístico “SNCAP” e sabemos bem das enormes dificuldades desta transição. Quer a DGAL, quer o Tribunal de Contas, quer a Comissão de Normalização Contabilística, quer a Ordem dos Contabilistas Certificados, nunca se entenderam completamente e continuam nalguns casos a não se entenderem nas orientações que foram produzindo e na recolha dos reportes exigidos, provocando ao longo de 2020 e já em 2021, o caos nos serviços administrativos das autarquias no geral, assim como nas empresas fornecedoras dos softwares de apoio à contabilidade.

Importa igualmente referir que estamos a apreciar contas de um ano totalmente atípico, desde os enormes constrangimentos provocados pela pandemia, que começou a afetar o país a partir do mês de março e que afetou todas as atividades e também a atividade autárquica, não só provocando dificuldades de funcionamento, mas obrigando a aumentar os seus custos ou a reduzir as suas receitas de forma a apoiar famílias e empresas.

Assinalar que o Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Setúbal emitiu a sua certificação legal, colocando, tal como aconteceu nos últimos anos, mas até em menor quantidade, algumas reservas quanto à impossibilidade de mensuração de certos ativos, mas garantindo mais uma vez, que as demonstrações financeiras refletem a realidade e se encontram formal e legalmente corretas, não tendo identificado incorreções materiais, é assim que acaba o documento do Revisor Oficial de Contas.

Quanto à execução orçamental regista-se que, apesar das condições adversas e que se mantém os constrangimentos impostos pelas regras de elaboração dos orçamentos anuais, se alcançou uma taxa de execução de 67%, que não sendo o desejado, obviamente, se encontra muito perto da taxa alcançada em 2019, que foi de 70% e que constituiu na altura um máximo de mais de 30 anos nesta câmara.

O passivo da Câmara Municipal comparativamente ao exercício de 2019, já adaptado ao novo normativo, reduziu em cerca de 30 milhões de euros. É óbvio que também aqui, a possibilidade de comparação não é total, mas a verdade é que o “SNCAP” permite ter uma visão muito mais correta da realidade do que o POCAL, pelo que se torna muito significativa esta redução.

Verifica-se com agrado, que os pagamentos em atraso, que em 2019 já tinham tido uma redução de 1 milhão de euros, em 2020 reduziram mais 650 mil euros, o que significa que a Câmara Municipal continua no bom caminho no que respeita ao equilíbrio das suas contas.

Verificamos também que, após muitos anos de resultados económicos positivos, em 2020 estes resultados foram negativos em 5,3 milhões de euros, mas estes 5,3 milhões de euros são perfeitamente justificados, pela transição para o “SNCAP”, que obrigou ao registo de depreciações do ativo fixo em cerca de 6,3 milhões a mais do que em 2019.

Pode-se dizer que, não fosse a utilização das novas tabelas impostas pela agência “SNCAP” e o resultado continuaria a ser positivo.

Neste período também temos que registar que o endividamento da autarquia se manteve a níveis muito confortáveis, tendo terminado o ano com uma margem utilizável de 62,9 milhões de euros.



Constata-se também que a Câmara Municipal manteve em 2020 a sua estratégia de constante importante investimento. São exemplos disso, as obras de conservação e requalificação de edifícios e habitações municipais, a implementação de sistemas de deposição e recolha de resíduos urbanos biodegradáveis, a requalificação das escolas e substituição das coberturas com amianto, a reabertura após reabilitação do Convento Jesus, Museu de Setúbal, a Igreja de Jesus e da sua envolvente, a conclusão da ampliação das instalações do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, reforçando as condições de conforto e sanitárias dos canídeos e a continuação da requalificação urbana das redes viárias e de redes de água e drenagem em várias áreas do concelho. Investimentos que sempre que possível foram alvo de candidaturas a apoios financeiros no âmbito de diversos programas, enquanto prática de uma boa gestão (reforço aqui, enquanto prática de uma boa gestão), mas alguns deles também utilizando verbas do município, dos munícipes setubalenses para realizar obras que competiam aos Governos, mas para as quais durante anos e anos, nunca houve disponibilidade. Se a Câmara não avançasse ainda estávamos à espera e teríamos por exemplo o Convento de Jesus a cair aos bocados.

Destacar ainda um pormenor que consideramos importante nestas contas e que parece que ninguém deu relevo, a gestão camarária e sistematicamente atacada, pela taxa de IMI que aplica por não reduzir a taxa de IRS na parte que é da sua responsabilidade, pelo estacionamento pago, pelas derramas aplicadas. Um dos grandes argumentos utilizados, é que o Concelho, e foi atualizado há pouco, fica menos competitivo face aos concelhos vizinhos, menos atrativo para aqui se investir e viver. Curiosamente, nestas contas de 2020, ano de enorme crise, deparamos com o IMT - Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis, cujas taxas são fixadas pelo Governo e não tiveram alterações, o valor cobrado foi de 11 milhões, isto é mais 3,2 milhões de euros do que em 2019, o que representa que 2019 para 2020 aumentámos esta receita em 12%. Nada do que alguns têm dito, assustou aqueles que decidiram investir em Setúbal ou vir para cá morar. O que realmente importa às pessoas e aos investidores, é a qualidade de vida que aqui lhes é proporcionada, é a qualidade dos serviços prestados, é a dinâmica e a beleza em que se transformou esta cidade e este concelho, um concelho onde apesar da pandemia, dentro do possível, se continuou a promover a cultura, as práticas desportivas e lúdicas e o apoio ao movimento associativo.

Tudo isto foi realizado, contando sempre com a colaboração inextinguível dos trabalhadores da autarquia, com a participação das juntas de freguesia e com o apoio da enorme maioria da população do concelho.

Os eleitos da CDU verificam que os documentos apresentados relativamente a 2020 demonstram que a câmara continua no caminho certo, e que é necessário dar continuidade ao tanto que já se realizou, evitando que tudo isto tenha sido em vão e se entre num caminho de retrocesso e, por isso, iremos votar favoravelmente os documentos de Prestação de Contas de 2020.

Suzel Costa (PAN) – A Prestação de Contas de 2020, não obstante refletir as políticas aqui desenvolvidas pelo executivo, é um resumo numérico das atividades realizadas no ano transato. Esta dimensão económica não nos revela a melhoria da qualidade de vida ou a felicidade dos munícipes, nem sequer a verdadeira riqueza do município, esta última encontra-se não aqui nestas páginas, encontra-se nos recursos naturais, na preservação ambiental e nos serviços que os ecossistemas saudáveis fornecem a nós, aos homens. Se enquanto sociedade continuamos a privilegiar o aumento do consumo e o aumento da produção numa rota



insustentável e nos limitamos a julgar o bom desempenho do município pela sua prestação de contas, o que podemos concluir sobre o estado de degradação dos recursos naturais do município? Sobre o seu capital natural? As funções da capital natural são insubstituíveis ou demasiado caras de substituir e, todavia, o que é que fazemos? Continuamos a contabilizar a sua diminuição ou depreciação como rendimento, ao invés de a vermos como a diminuição da riqueza. Exemplo, o Estuário do Sado, área protegida como reserva natural, zona de proteção especial e sítio de interesse comunitário. No ano das dragagens, de aprofundamento do canal de navegação, contestadas por tantas associações ambientalistas e pela população sadina, foi criada uma comissão de acompanhamento nesta Assembleia. Decorridos três anos da sua criação nem um relatório aqui chegou. Atrasou-se o processo, dilataram-se e esgotaram-se todos os prazos, são omissos os resultados neste momento, pelo menos para esta assembleia, das monitorizações contínuas durante a fase das dragagens, e após o seu término, nada sabemos dos reais impactos nos ecossistemas, nas pradarias marinhas, na perda da biodiversidade, na perda do capital natural.

Voltemos então às 239 páginas que nos pedem para analisar. Em 2020 foi adotado por obrigação legal o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública “SNCAP”. Nota-se neste exercício, um esforço no aumento da transparência na divulgação e desdobramento das contas na sua estrutura conceptual, no entanto, verifica-se no que respeita à norma NCP 27 que deveria proporcionar informação útil aos responsáveis das entidades públicas, para efeito de acompanhamento das operações e da tomada de decisão sobre o futuro, o órgão de gestão apenas divulgou os custos apurados dos serviços municipais, ficando muito aquém da informação que a norma prevê.

Destacamos as reservas emitidas pelo ROC na sua certificação legal. Se o auditor que sabe e tem reservas, estas não podem ser desautorizadas por nós, eleitos municipais, que temos o dever de fiscalizar a transparência e o rigor contabilístico destes documentos. Temos também reservas! À semelhança dos anos anteriores, registou-se desvios negativos entre o que está previsto e o que está executado, as taxas de execução orçamental continuam baixas, quer ao nível das receitas quer no domínio das despesas, fixando-se nos 67% e 66% respetivamente. Receitas e despesas com menos três e quatro pontos percentuais do que no ano passado. Este desalinhamento reiterado entre o orçamento e realidade, ano após ano, continua a preocupar-nos, assumem-se compromissos financeiros sem garantias efetivas de financiamento, ao invés de se fazer orçamentos apoiados em previsões sinceras e fiáveis. Os indicadores de liquidez também diminuíram face ao ano 2019, as dívidas a fornecedores, como já aqui foi dito, diminuíram é um facto, mas permanecem ainda muito elevadas. O prazo médio de pagamento também diminuiu face a 2019, e ainda bem, é certo, agora os fornecedores só esperam 114 dias para receber o pagamento das suas faturas, o que ainda está muito longe do referencial de 30 dias, o que penaliza a economia local. A atração de pequenas e médias empresas a 31/12/2020 havia pagamentos em atraso no valor de três milhões, setecentos e vinte e seis mil euros, sendo que destacamos ainda negativamente, o incremento de 160%, nos juros de mora.

A Câmara Municipal de Setúbal encerrou o ano 2020, com um resultado líquido negativo, um prejuízo de cinco milhões de euros, que em parte justifica com a pandemia e a falta de receitas do mercado de estacionamento e feiras. Quando o orçamento aqui apresentado foi em plena pandemia e já se sabia que o valor das receitas estava empolado.

Na esteira de qual vai ser o nosso sentido de voto, este ano vamos chumbar. Não podemos deixar de manifestar o nosso completo desacordo com as escolhas políticas deste município, ainda para mais em termos de pandemia, com o acréscimo de 27% em juros de locação



financeira, para financiamento da compra do edifício da antiga praça de touros. Mais uma vez aqui referimos de uma forma encapotada de perpetuar viva uma atividade anacrónica, bárbara, um balão de oxigénio para as touradas que estavam extintas aqui neste concelho, porque já não atraíam a população e estava em insolvência.

Referir ainda, em jeito de finalização, os 201% na locação financeira para o IMA Parque, face apenas a duas viaturas elétricas.

João Viegas (CDS/PP) – Tenho feito isto ao longo deste mandato sempre que é a Prestação de Contas, aquilo que é um pouco a minha posição em relação a estes documentos, que muitas das vezes se perde na análise que aqui é feita. Há dois momentos distintos, sendo que um deles é na apresentação do orçamento, e na apresentação do orçamento o CDS votou contra, identificando as razões, porque as nossas opções seriam diferentes daquelas opções que foram tomadas pelo executivo da CDU. Este é um documento com características diferentes, foi com as opções da CDU e com o orçamento aprovado pela CDU que estamos aqui a apreciar as contas. Este é um exercício que não consigo fazer, que é a misturar daquilo que é um Orçamento com a Prestação de Contas. É óbvio que aquilo que foi identificado por algumas das intervenções, a execução orçamental ficou aquém, como tem ficado nos últimos anos e não é porque este ano ficou a 67% e no ano passado em 70%, continuamos longe daquilo que deveria ser uma execução orçamental. Isso foi identificado na apresentação do Orçamento, sucessivamente vamos chamando a atenção de que estão valores orçamentados na receita, que dificilmente se vão concretizar. É uma matéria que se vai arrastando há muitos anos. Temos também a questão, que também já foi aqui identificada, com os treze milhões da Águas do Sado, que ao longo deste mandato fomos arrastando esta questão e que identificámos também quando foi apresentado o Orçamento. É óbvio que este exercício também ocorreu numa situação particularmente difícil, isso também deverá ser registado, mas na altura da apresentação do Orçamento chamámos a atenção, do ponto de vista dos impostos diretos, quer a questão do IMI, quer também a questão do IRS. Constatámos que havia margem para que essa devolução aos setubalenses pudesse ter ocorrido, porque era inteiramente justa, não teria um impacto tão significativo no orçamento e nas contas como foi identificado, seria perfeitamente aceitável que o executivo tivesse essa questão em atenção.

No ponto de vistas das contas e na análise que é feita, o CDS vai-se abster nesta Prestação de Contas por aquilo que já mencionei no início da minha intervenção.

Vice-Presidente da Câmara – O documento deve ser apreciado em função daquilo que é a explicação que nós podemos dar no contexto geral, é de uma pandemia em termos de saúde pública que contaminou e condicionou toda a vida económica, social, política e cultural, mas também coincidiu em 2020, com uma epidemia contabilística. A aplicação de uma só vez, sem grande preparação, adiada sucessivamente do “SNCAP” veio juntar-se à pandemia, em termos de serviços públicos e de trabalho burocrático, numa certa epidemia. Todos os municípios ficaram aflitos com esta mudança muito grande de critérios, de conceitos, de moções, de métodos e de práticas que tiveram de ser aplicados de uma vez por todas. Há diferenças substanciais nos números que resultam de mudança de critérios contabilísticos. Não sou especialista em contabilidade, mas procuro as informações a quem sabe e quando entendo que a explicação tem coerência, adoto-as com alguma facilidade. Não sabia que hoje era tão fácil a pintura da “casa dos horrores” orçamentais, que as várias bancadas da oposição fizeram. Sendo o Orçamento do último mandato, que seria muito pior do que nos últimos anos, apesar

de tudo não pintaram isto muito escuro, mas não disseram o que vou dizer, que é aquilo que se pode retirar das elações da gestão que nós tivemos.

Estas duas circunstâncias condicionaram bastante, mas também não foi assim tanto, não tivemos todos os bons resultados por causa da pandemia, nomeadamente o turismo, nomeadamente na hotelaria, mas curiosamente o ano de 2020 não foi assim tanto na Península de Setúbal e, em particular em Setúbal, daí que os resultados nas receitas, não tenham tido essa quebra tão grande. Para os acréscimos da despesa, que são quase 800 mil euros, nunca faltou apoio a nenhuma família ou nenhuma pessoa por causa da situação de pandemia. O Município em colaboração com a Proteção Civil, com a Segurança Social organizaram-se e acudiram toda a gente. Não se pode vir aqui dizer que em vez de se ter gasto em investimento gastavam em apoio social, como se tivessem deixado as pessoas ao abandono, isso não aconteceu. Às vezes constroem-se argumentos para dizer que se vota contra o Orçamento.

O deputado Vítor Rosa pega em três ou quatro números, faz sempre isso, para tirar as suas ilações a favor de algumas noções abstratas que ele tem, no sentido da gestão pública, o que é muito justo, só que elas têm que aderir um pouco à realidade.

O senhor deputado Mário Aranha, que pensava que era um técnico de contabilidade ou de gestão, porque lhe é sempre entregue a tarefa de vir aqui arranjar uns quantos números para dizer que isto está mal e que ficaria melhor se fizessem ao contrário, mas quando veio propor que o melhor era votar o relatório do Revisor Oficial de Contas, fico estupefacto. Não sei se é técnico, mas não interessa, mas é um representante eleito, e que dirá como entender, só que para mim desvalorizou logo a sua avaliação técnica ou a atenção que dou às suas opiniões.

No resultado geral, que é esse que justifica a gestão que fizemos, e está na proposta que fundamenta o forte investimento que consta na página 58, que é qualquer coisa de significativo, um investimento bruto de 511 milhões de euros e depois fica o investimento líquido de 316 milhões de euros. Estamos a falar de qualquer coisa de muito significativa.

O que é que aconteceu e tem acontecido coerentemente ao longo dos anos?

Este forte investimento teve como contrapartidas uma diminuição significativa da dívida bancária, uma diminuição do prazo médio de pagamentos, apesar de preferir que o mesmo fosse mais curto. Tivemos um prazo de pagamento em atraso mais reduzido, tivemos uma forte redução da dívida. Este caminho tem sido feito coerentemente ao longo dos anos, em anos em que os senhores da oposição pintavam as coisas muito mais escuras.

Estamos muito melhor, a cidade está melhor, o nosso trabalho em termos de contabilidade e em termos de contas está muito consolidado.

Falaram do parecer do ROC e eu vou pelo parecer do ROC precisamente, porque nós damos atenção a todos as críticas, especialmente as críticas ou as observações qualificadas, que como devem entender são do Revisor Oficial de Contas, que apresenta bases para a opinião com reservas, sendo que nestas bases para opinião com reservas, quatro delas, se fossem verificáveis pelo Revisor eram certamente favoráveis às nossas contas, sendo que uma delas pode ser desfavorável. Não foi possível, por causa da aplicação do novo sistema do “SNCAP” a alteração de critérios que tiveram que aplicar. A mudança de prazos de amortização em bens imóveis, por exemplo, é uma coisa que vai logo alterar as contas, que pode mexer nos resultados líquidos diretamente. A mudança de sistema contabilístico originou alterações substanciais em relação ao que era habitual. Não foi possível utilizar o valor patrimonial tributário para valorização de todos os imóveis adquiridos, esta impossibilidade só podia ser favorável às contas do município.

A rubrica de devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis ascenderam ao valor líquido de seis milhões, quatrocentos e sessenta e três euros, no caso dos dadores por transferências é de noventa e um milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco euros, em relação aos subsídios não reembolsáveis, são as transferências para financiamento daquelas obras, que os senhores dizem que nós só fazemos com os apoios públicos.

Gostava de saber quantas obras sem os apoios comunitários é que o Governo faz! Serão muitas? Quantas Câmaras fazem sem apoio?

Porque é que nós estamos aqui a pretender a NUT III?

Porque é que nós estamos aqui a querer a não discriminação em relação aos apoios?

É precisamente para jogarmos com o Orçamento Comunitário, o Orçamento Nacional e o Orçamento da Autarquia. Mas estes números estão cá e se estivessem todos apurados e bem identificados, as nossas contas melhoravam. Se tivesse tido a possibilidade de dar execução a este sistema de contabilidade completamente sem ser num ano experimental, para o próximo ano será melhor e daqui a dois anos será melhor de certeza absoluta.

A questão dos clientes contribuintes e utentes, nesta rubrica ascende a um valor líquido de dois milhões, duzentos e setenta e quatro euros, no decurso do trabalho verificou-se que o de terceiros apresenta divergências face aos valores contabilísticos registados, não foi possível fazer a reconciliação, mas se tivesse sido feita certamente melhorava as nossas contas.

Relativamente à questão da concessão de serviços, aqui também não houve informação, aqueles treze milhões não são só treze milhões, é o que dá no fim, mas no quadro que é possível agora gerir, nós não tivemos informação suficiente para ver em relação aos acordos, se são concessões de serviços, para refletir todos os valores que resultam dessa concessão.

Poucas câmaras terão tido a possibilidade de fazer a contabilidade de gestão e de apresentar devidamente toda a informação para integrar a contabilidade de gestão.

É a contabilidade analítica, aquela que se sabe exatamente quanto se gasta, quanto é que se tem de proveitos em relação a cada obra, a cada ação. Isso ainda não era possível fazer-se num ano, mas é um ponto de que nós nos penalizamos e se isso fosse possível fazer, as contas deste município eram bastante melhoradas.

Não lamentamos o relatório do Revisor Oficial de Contas e até agradecemos este relatório. Se tivéssemos suprido todas as tarefas, certamente que não permitiria ao Revisor dizer: “*eu tenho que fazer este reparo, porque me falta esta informação*”, porque não influi nos resultados, mas falta informação que melhorava o equilíbrio das contas. Nós temos os números que são suficientes para vos dizer, tal como dissemos na reunião de câmara, que este Orçamento de 2020, em ano de pandemia, é verdadeiramente uma gestão que deu uma Prestação de Contas, que comprova que fizemos uma gestão de recuperação e resiliência. Significa que antes de vir a “Bazuca”, já nós estamos a fazer. Melhorámos os nossos rácios em relação aos encargos e às responsabilidades, não caímos assim tanto na receita, gastámos o que foi necessário no apoio aos necessitados da pandemia, tivemos uma redução de 700 e tal mil euros nas receitas, em relação às taxas e taxinhas a Câmara abdicou de todas elas, não houve ninguém carenciado por causa de uma situação de doença que a câmara não acudisse. Apesar de todo isso, não nos desequilibrámos e recuperámos no balanço, ganhámos no equilíbrio geral das contas em relação ao passivo, em relação às dívidas e em relação aos prazos.

Se isto não é fazer uma boa gestão, mesmo em situação de pandemia, mesmo em situação em que não há ainda nenhum apoio externo das tais “Bazucas” e dos dinheiros prometidos, nós conseguimos reduzir dívidas, acelerar e melhor o prazo de pagamento.



Dizer mal deste percurso de gestão financeira da Câmara, com o investimento realizado, com obra que está à vista!

O deputado Afonso Luz leu umas quantas obras, mas nós podemos ler aqui várias páginas de obras em execução.

Não há obra feita nesta cidade?

Não há trabalho feito nesta cidade?

A cidade não é mais agradável?

Não é esta cidade mais agradável que capta o interesse dos investimentos?

O investimento está no Montijo, em Palmela, em Almada ou em Lisboa?

Onde é que está esse investimento que os senhores não vêm aqui?

O investimento existe, nós em contraciclo tivemos criação de emprego em Setúbal no período da Troika e no pós Troika. Esta cidade tem melhores condições de resiliência para suportar uma retoma, uma recuperação, que passada a pandemia vai ser rápida. Nós estamos a trabalhar para não esperar pelo futuro, porque o futuro estamos a fazê-lo agora.

Encontrava-se ausente da sala a Sra. Deputada Carla Vilhena do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 15 votos contra, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção do CDS-PP, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 30.

3. Deliberação n.º 70/21 – Proposta n.º 04/2021 – GAP – Permuta de Imóveis – Parque Sant'Iago

Afonso Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta referir que o senhor deputado do PSD que estava presente, solicitou ao executivo, várias documentação, nomeadamente duas certidões da Conservatória do Registo Predial, dos dois imóveis que constam da permuta, a licença de construção do edifício de apoio ao palco do Parque de Sant'Iago e a certidão das Finanças da caderneta predial, referente ao edifício de apoio ao palco.

A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, 2 votos contra, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, e uma abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Costa Ferreira (PPD/PSD) – Relembrar que esta proposta foi retirada na última Assembleia Municipal e somos confrontados exatamente com a mesma que foi apresentada na última Assembleia Municipal. Constata-se que foram desprezadas as considerações onde foram elencados os erros e contradições. O documento a que chamam de relatório de avaliação do edifício de apoio ao palco atribuí-lhes um valor de 350 mil euros, sem qualquer critério de avaliação ou justificação plausível, não sendo o mesmo assinado por qualquer dos seus autores.

O PSD, por escrito, através do seu vereador, solicitou à câmara que fornecesse a certidão de registo predial do prédio onde está implantada a feira de Sant'Iago, as certidões de finanças da Conservatória do Registo Predial do designado edifício de apoio ao palco e ainda as licenças



de construção e de utilização, obrigatórias em obras particulares. Existindo uma desconformidade entre a área do prédio e a mencionada no documento atrás referido, onde uma área é de 88.500m² e a outra área é de 81.164m². O edifício em questão, de per si, não pode ser transacionado mesmo por permuta, por não constituir um bem jurídico passível de ser colocado no mercado. Não deixa de ser um caso feliz, que a empresa compradora da massa insolvente da Associação do Parque Sant'Iago, em 2016, pelo montante de 409 mil euros, foi criada nesse mesmo ano, em 15/9/2016. A Câmara Municipal avaliou os seus imóveis, dois lotes urbanos para vinte e quatro fogos cada um, recorrendo à figura da venda rápida, situação que não é aplicável num processo de permutas, conforme nota enviada pelo GAOM, da presidência da Assembleia Municipal de 22/6/2021, que refere ter sido a outra parte a solicitar urgência, onde os valores são de 16.740,75€ por fogo, quando o valor de mercado corrente à data é cerca de 20.000,00€ por fogo. Se aplicarmos ao descrito na certidão das Finanças, atualizando o valor patrimonial tributário e determinar o valor de mercado, será de 25.215,00€.

Gostaríamos ainda de ser esclarecidos sobre esta matéria, pedindo a ajuda do senhor presidente desta Assembleia dr. André Martins, representante da Câmara Municipal como vereador, aquando da escritura das alterações dos estatutos da Associação do Parque Sant'Iago, em 28 de abril de 2008, entretanto falida, talvez possa ser das pessoas presentes, mais habilitada para explicar esta trapalhada. A falta de clareza e opacidades que se verificam neste processo de aquisição do prédio do Parque da Feira de Sant'Iago, onde o erário público poderá estar a ser lesado em mais de 500 mil euros, a confirmar-se, é um bom exemplo da má gestão da CDU.

Vítor Rosa (BE) – Tínhamos colocado um conjunto de dúvidas quando este tema veio à anterior Assembleia Municipal e constatámos com a resposta, relativamente ao esclarecimento que nos é dada, “(...) *No que diz respeito à modalidade de venda imediata, optou-se por esta solução em resultado da urgência que a outra parte deste negócio manifestou em fechar o negócio (...)*”, aquilo que damos valor à manifestação de urgência da outra parte do negócio. Contrariamente, senhor Vice-Presidente, nós temos estes problemas relativamente aos privados e continuamos a beneficiar os privados, sendo que esta foi a solução encontrada. Continuamos a não ter respostas da parte do executivo de forma clarificadora relativamente a esta permuta. As questões que foram levantadas na primeira vez da reunião da Comissão de Finanças, as questões que tiverem ausência na anterior Assembleia Municipal, aquilo que foi solicitado novamente na Comissão de Finanças relativamente a um conjunto de matérias, tal como foi aqui pedido, no entanto continuamos ausência de informação. Mais uma vez estamos a discutir uma permuta com falta de informação.

Vice-Presidente da Câmara – Este caso mesclado, está disfarçado de questão técnica, com perguntas e respostas que os senhores deputados apresentaram: Quem é que comprou? Foi dito que tinha sido a empresa Desejos do Oceano – Atividade Imobiliária Lda.

Qual foi o valor? O valor foi de 409 mil euros e diz-se quem é que fez a avaliação.

Os senhores deputados sistematicamente e em especial o deputado Vítor Rosa usam muito essa atitude, desconfiam das avaliações feitas pelos técnicos da Câmara, desconfiam dos pareceres, desconfiam de tudo. Nós fazemos fé nas avaliações técnicas, das intervenções dos técnicos da Câmara e não nos temos dado mal com isso, não temos tido casos de grandes incompetências visíveis, pelo contrário, temos tido um grupo de trabalhadores que em termos



de quantidade e qualidade de trabalho, têm feito um trabalho excelente, o que não era possível o desempenho da Câmara e o desempenho do executivo sem esse trabalho excelente. Não temos por hábito, pôr em causa sistematicamente as avaliações que eles fazem e os critérios que eles adotam. É uma questão política, uma venda e uma avaliação urgente, porque uma das partes invoca a urgência.

Qual privada, qual pública? Não é nada disso!

A bancada da CDU anuiu adiar a questão para ver se os senhores ficavam com as perguntas todas por fazer e tiveram um intervalo de quase dois meses. Se os senhores tivessem lido apenas a intervenção da senhora Presidente na reunião de câmara, que deu justificações e a explicação deste processo, certamente que ficavam ilustrados sobre o assunto.

Intervenções inaudíveis.

Vice-Presidente da Câmara – Peço desculpa se ofendi, não tive intenção de ofender ninguém, se disse alguma palavra fora do sítio de certeza que não é para ofender, eu respeito os senhores deputados. Quando eu disse, que não confiam nas apreciações, de facto vieram aqui dizer que não acreditam nelas. Então foi engano meu, e para não ofender o senhor deputado retiro o que disse. O senhor deputado Vítor Rosa e o deputado Costa Ferreira, sistematicamente poem em causa as avaliações feitas pelos técnicos e agora ofendem-se por aquilo que eu disse!

Não é caso para isso, não estou a ofender ninguém, só estou a relatar factos.

Estamos a dar solução a um problema, que nós herdámos e tentámos resolver o problema com a solução do Parque Sant'Iago. O Parque Sant'Iago tinha como sócio maioritário uma associação empresarial, e nessa altura pretendíamos fazer uma sociedade com a associação que representasse as empresas, que naquele caso era a AERSET, para dar um fim comercial e industrial àquele espaço, fazer um grande pavilhão de exposições, trazer o que estava em Azeitão e dar uma utilidade, com a participação do município na criação das infraestruturas, para que as atividades económicas se pudessem desenvolver melhor. Não foi da parte do município que falhou o projeto, mas da parte da AERSET, da qual faziam parte alguns militantes destacados do Partido Socialista que conduziam essa Associação e que dominavam a representação empresarial em Setúbal. Por causa disso a Associação Parque Sant'Iago, que tinha como sócio maioritário a AERSET foi abaixo e foi a hasta pública. Os senhores estão com estes subterfúgios, manobras dilatórias e questões aparentemente técnicas e querem evitar, mais uma vez, que se faça obra. Ter consolidado no domínio do município, no domínio público, o espaço da Feira de Sant'Iago, o espaço do Parque de Sant'Iago, é para isso que se faz este negócio sem dispêndio de dinheiro.

Quando a massa falida é que coloca os bens em hasta pública, a câmara para rematar tem que colocar dinheiro no momento e não havia condições para isso, mas houve alguém que foi adquirir e quando começou a arrendar, tal como consta na explicação da senhora presidente que os senhores poderiam ter lido, certamente evitariam tantas dúvidas. Aquele espaço foi comprado ao IHRU com condições de utilização específicas, a urbanização não era possível, essa especulação eventualmente intentada não seria possível, o uso tinha que ser dado para fins públicos, de utilidade municipal e foi-se pelo arrendamento que era só para o período da feira, não era para todo o ano.

Quando o senhor deputado refere que trinta mil euros era barato, não era barato, porque era só para o período da feira, o que seria uma coisa onerosa. A consolidação no património municipal, que é isso que os senhores estão a tentar evitar, porque vos incomoda, não querem mais esta consideração patrimonial no domínio do município, que foi possível através da permuta, passando por valores idênticos à outra parte, que era detentora daqueles terrenos urbanizáveis, que na realidade era aquilo que eles esperavam obter. Aquele terreno fica consolidado no domínio do município, no património municipal, que tanto vos incomoda, porque é esse o problema e é isso que vocês querem evitar. O proprietário que adquiriu em hasta pública, vai ter em troca dois lotes de terreno onde poderá fazer as suas atividades, poderá construir e poderá desenvolver os seus negócios e o município consolida um património e um imóvel que é fundamental para aquela zona, para a Feira de Sant'Iago que os senhores não gostam que seja naquele espaço.

Lembram-se durante quantos anos andaram a dizer que não pretendiam a Feira de Sant'Iago nas Manteigadas? Que deveria ser na Avenida Luísa Todi? Já se esqueceram disso?

É contra a consolidação do património que os senhores fizeram as manobras dilatórias. Demos espaço para isso, as explicações que entenderam, mas a cada explicação que vos damos vocês vão continuar a pedir mais explicações. Como manobra dilatória é assim que se procede, vão pedindo sempre explicações. Ainda há dois dias vi o deputado Vieitas, e espero que não se ofenda, a pedir certidões, dois dias antes da Assembleia Municipal, quando tivemos dois meses de interregno entre uma sessão da assembleia e a outra.

É ou não é uma manobra dilatória? Parece-me evidente que sim.

O que se trata aqui é de consolidar no património municipal todo o espaço da Feira de Sant'Iago, que é um espaço que tem uma utilização apenas pública, não para especulação privada, mas para benefício da cidade e é isso que esta câmara quer fazer mais uma vez.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração em defesa da honra: *“Senhor Vice-Presidente, aquilo que o senhor disse não é verdade, sabe porquê? Porque a documentação que eu voltei a pedir na reunião que tivemos da Comissão de Economia e Finanças, tinha sido pedido antes da reunião de câmara. Antes desta matéria ir à Câmara Municipal já tinha sido pedida pelo Partido Social Democrata. Nós voltámos a pedir, porque, relativamente àquilo que o senhor Vice-Presidente disse, nós questionámos: Qual é que foi o valor? Onde é que está a documentação que acompanha e que confirma esse alegado dos 409 mil euros? Não veio senhor Vice-Presidente! Foi escrito por um funcionário da Câmara Municipal, muito bem, que respondeu por escrito, sem colocar nenhuma documentação que fundamentasse aquilo que foi a resposta. O senhor Vice-Presidente há pouco, na intervenção de um senhor deputado, também tentou fazer alguma graça, que fica mal, porque enquanto deputados temos todo o direito de questionar e pedir que nos seja entregue a documentação, que fundamente aquilo que são as propostas trazidas. Não nos foi dada esta documentação e, como tal, eu estou aqui a dizer que o senhor Vice-Presidente não devia ter feito, ter-se dirigido a mim e a outras pessoas, principalmente a mim, dizendo que eu lhe pedi dois dias antes, o que não foi verdade, porque pedi na Comissão, mas já tínhamos pedido antes.”*

Costa Ferreira (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração em defesa da honra: *“O que se está a passar sobre este caso é realmente lamentável, porque isto não são afirmações que se façam, dizendo que nós não lemos, os senhores é que não leram os documentos que estão a ser*

aprovados, porque se os lessem morriam de vergonha. Essa é que é a realidade! Leiam os documentos que estão a ser aprovados!

Onde é que está a licença de construção para se valorizar um bem? Isto não é um problema que se consiga resolver e ficamos vinculados!

A mim cumpre-me informar e escrutinar. Não entro por demagogia, porque aquilo que eu expus é verdadeiro, pode ter o vosso voto maciço, mas a verdade não a tem.”

Vitor Rosa (BE) – Senhor Vice-Presidente Manuel Pisco, nós os eleitos nesta casa não pomos em causa o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, é com todo o respeito e admiração para com o trabalho desenvolvido por todos os técnicos, mas quando trazem à discussão na Assembleia os documentos, é nessa base e nessa informação que nós nos orientamos, nós não estamos aqui a pôr em causa os técnicos da Câmara.

Em relação à consolidação do património municipal somos a favor, desde que ele não traga prejuízos e seja oneroso para o próprio município. Optarmos do ponto de vista político pela decisão de fazermos a venda rápida, entre aquilo que foi a avaliação feita pelos técnicos, em que o município fica a perder em cada um dos loteamentos cerca de 20 mil euros, porque foi essa opção política do executivo. Não estamos a discutir a questão técnica, mas a decisão política.

Este papel da Assembleia Municipal, é um papel de fiscalização, não é um papel de dilação, não estamos a ser dilatores no sentido de continuarmos a perguntar e voltar a perguntar, estamos aqui a fiscalizar o executivo e é esse o trabalho que nós estamos a fazer.

Regressou à sala a Sra. Deputada Carla Vilhena do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 8 votos contra, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 9 abstenções do PS, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada do Partido Socialista optou pela abstenção, decorrente daquilo que tem sido o histórico desta proposta. Pela segunda vez esta proposta veio à Assembleia para ser votada e pela segunda vez foram levantadas questões que nós consideramos que foram pertinentes, tanto em sede de Comissão das Finanças como aqui na Assembleia Municipal. A entrega da documentação que foi solicitada em sede de Comissão de Economia e Finanças não foi entregue e entendemos que é um facto relevante que deveria de pugnar pela maior transparência, uma vez que, pela segunda vez, esta proposta veio à votação. Assim sendo, com falta de documentação e com algumas questões levantadas em sede de Comissão de Economia e Finanças, que entendemos que é pertinente, não podemos acompanhar com o voto favorável.*

Obviamente achamos legítimo que a permuta seja, independentemente do resultado final, um ato político, de opção política deste executivo, e aí damos a legitimidade para que ele, em conformidade com aquilo que são as suas opções, o pudesse fazer, não obtemos nem temos nenhum reparo a fazer relativamente a essa matéria.”

4. Deliberação n.º 111/21 – Proposta n.º 20/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para a concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos Campos Desportivos do Choilo, em Azeitão

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 de AC, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

João Viegas (CDS/PP) – Registo com agrado o recurso aos privados para poder desenvolver o trabalho que seria uma competência da autarquia e do serviço público que defendem.

João Luz (CDU) – Não temos nada, como é óbvio, contra a existência de um setor privado, por isso não temos esse problema.

Tanto pode ser um urbanizador, como pode ser uma coletividade, pode ser uma associação, não temos qualquer problema em ter uma entidade de várias naturezas a gerir aquele espaço.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

5. Deliberação n.º 112/21 – Proposta n.º 21/2021 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Inscrição de saldo não consignado 2020

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Da leitura do documento constata-se a diminuição de verbas, ou seja, o desinvestimento municipal no valor de 2.325.300,00€ na captação tratamento e distribuição de água. O PSD tem vindo ao longo dos diversos anos a apontar a necessidade de investimento nesta área, até por que é do conhecimento de todos os problemas que têm existido na distribuição de água no concelho de Setúbal, devido ao elevado número de ruturas nas condutas, que levaram mesmo em vários pontos da cidade, ao abatimento de troços de via pública, chegando engolir veículos, como foram os casos, há não muito distantes na Avenida Professor Bento de Jesus Caraça ou na Avenida Dom João II, ou as contínuas ruturas nas urbanizações da Serralheira, sitas na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, só para dar alguns exemplos.

Não se utiliza a argumentação de que a reparação compete à concessionária, pois, como temos constatado o que é necessário é a renovação das condutas e essa compete ao município, mas a

Câmara Municipal de Setúbal prefere investir o dinheiro dos contribuintes em rotundas e obras à superfície, pois essas são mais visíveis, principalmente em ano eleitoral. Mas, como nem todos os investimentos que levaram à necessidade de alteração agora apresentada, são vistos por esta bancada de forma negativa, o PSD não votará contra, mas irá abster-se.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS e 1 de AC, e 8 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

6. Deliberação n.º 125/21 – Proposta n.º 07/2021 – DCIRT/DITUR – Taxas a cobrar por parte do município pelo licenciamento de atividades e ocupação privativa do domínio público marítimo, no âmbito da transferência de competências concretizada pelo Decreto-lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, a submeter a deliberação dos Órgãos Municipais – Época Balnear 2021

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

7. Deliberação n.º 156/21 – Proposta n.º 51/2021 – DCDJ/DISOC – Juizes Sociais – Tribunal de Família e Menores de Setúbal

António Dias (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 3 votos favor da CDU e 5 abstenções, 2 do PS, 1 do BE, 1 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Houve também uma preocupação dos restantes deputados de a proposta não ter havido uma explicação para a constituição e ordenamento da lista proposta.

A Sra. Deputada do PPD/PSD, Carla Vilhena, fez uma declaração de voto em que manifestou o seu desagrado pela falta de comparência do Sr. Vereador Pedro Pina para eventuais esclarecimentos em relação a estas matérias. conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Vitor Rosa (BE) – Este é um assunto extremamente delicado que implica a questão de menores e já foi dado aqui o “*feedback*” relativamente à Comissão, mas fica para o futuro. Estamos a votar nomes e deveria vir muito mais informação acrescida às comissões, para que em consciência na Assembleia Municipal pudéssemos votar, porque falta informação. Os critérios de indicação destes nomes podem criar numa matéria tão sensível como estas dúvidas, que depois podem não corresponder, porque não conhecendo A, B ou C de que são indicados pelo executivo, podemos incorrer em erros ou fazer um juízo de valor de forma errada.

Suzel Costa (PAN) – Pegando nas palavras dos oradores anteriores, sendo estas funções no âmbito de família e menores, no essencial, o papel destes juízes sociais consiste, quando foi criado pelo legislador em 1978, em levar um pouco da opinião pública aos tribunais, mais do que uma opinião especializada. De acordo com a lei, para integrarem nesta lista apenas é necessário para o recrutamento saber ler e escrever. Mais uma vez, isto datava de 1978, ter mais de 25 e menos de 65 anos, não ter antecedentes criminais, assumindo sempre a presunção de inocência e ter residência pessoal ou profissional no concelho. O que nos preocupa, é a omissão dos critérios de ordenamento de seleção destes candidatos. Não dei conta se foi colocado no site do município este recrutamento para os juízes sociais.

João Viegas (CDS/PP) – A minha intervenção vai no sentido das anteriores. Tendo em conta aquilo que já tenho dito noutras ocasiões, a proposta poderia ter mais informação. Acredito que atualmente será com alguma dificuldade, que conseguem fazer estas listas, mas era importante para nós que estamos a aprovar esta lista, percebermos quais foram os critérios de ordenamento. Da forma como está feita, até parece que foi quase por ordem de chegada, uma vez que não há objetivamente nenhuma informação pela forma como está ordenada. Relativamente aos suplentes não se sabe qual foi o critério para ficarem como suplentes, bem como os outros elementos que aqui estão. Por essa razão era importante um maior esclarecimento.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Nós já tínhamos colocado esta questão, a Carla Vilhena na Comissão da Educação já tinha colocado esta questão, tal como foi lida pelo coordenador da comissão. Conhecendo nós algumas das pessoas que estão aqui, obviamente que em Setúbal conhecemos muitas das pessoas que podem constar nesta lista. A questão não são as pessoas em si, mas quais foram os critérios e quais as profissões, sabendo que alguns são professores que foram escolhidos para esta lista.

Realçar um facto que referi no início desta reunião que tem a ver com um anexo em que está a lista e em que constam os dados pessoais destas pessoas e que nem sequer é útil para a decisão, desde a morada ao e-mail, isto será necessário naturalmente para os serviços, mas não era necessário vir aqui. Foi esta a questão que levantei inicialmente, o senhor Vice-Presidente gracejou com a questão dos dados pessoais, no entanto dei este exemplo, porque são este tipo de situações que temos de ter algum cuidado.

Secundando aquilo que a deputada Carla Vilhena tinha levantado na comissão, gostaria de saber quais os critérios, porque não são as pessoas que estão em causa. A lei é de 1978, percebemos que o mundo mudou muito desde esse momento, no entanto, gostaríamos de saber quais os critérios de seleção. Não são os que estão na lei, porque os da lei já foram aqui referidos pela deputada do PAN, mas são os critérios que a câmara entendeu para escolher estas pessoas e não outras, porque são matérias muito sensíveis, as que estão aqui em causa.

Vereador Pedro Pina – Quero agradecer as questões que são colocadas, porque eventualmente, podemos tentar clarificar algumas dessas mesmas questões e pedir desde já desculpa se não foi devidamente de acordo com aquilo que seria necessário, para uma melhor tomada de decisão da parte dos senhores deputados. De qualquer forma, creio que é importante que a Câmara Municipal apenas cumpriu aquilo que decorre da lei na constituição desta lista, não foi a Câmara Municipal que estipulou absolutamente critério nenhum.

A deputada Suzel Costa referia, mas já agora valeria a pena acrescentar que, para além dos critérios de idade, de saber ler e escrever em português, também importa referir que o critério fundamental para a constituição deste número alargado de candidatos a juízes sociais, decorre de uma auscultação vasta, que foi exatamente o procedimento que a Câmara Municipal realizou junto de instituições, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, associações de pais, associações ligadas à juventude e é exatamente nessa precisa medida que são estas instituições do concelho de Setúbal, que indicaram precisamente os nomes que constam desta lista. Há instituições que indicaram mais do que uma pessoa, a título de exemplo, quando há instituições que indicam mais do que uma pessoa, é a própria instituição que pode indicar uma psicóloga e um professor e refere a prioridade de quem deve ser efetivo, o critério não é determinado pela Câmara Municipal.

É sugerido que preferencialmente, não sendo determinante, devem estas pessoas, como já foi aqui dito, serem das áreas sociais, sem que isso também seja uma determinante, não quer dizer que pessoas licenciadas em direito ou em engenharia também possam constar dessa nomeação, por isso, a grande maioria das pessoas que são indicadas pelas instituições são professores, psicólogos e assistentes sociais.

A primeira questão que é importante clarificar aos senhores deputados, é que nenhum dos nomes que consta desta lista é sugerido pela Câmara Municipal de Setúbal. A Câmara Municipal solicitou aproximadamente cerca de 80 instituições, que na sua grande maioria integram a rede social do Conselho Local de Ação Social de Setúbal, a agrupamentos de escolas, associações de pais, entre outras instituições ligadas à infância e à juventude. Foram ainda contactados os juízes sociais que constavam da listagem anterior, até uma nova lista a ser aprovada pelo tribunal.

Para além dos critérios da idade e tentando responder à questão, *“Qual é que foi o critério que esteve na base da enumeração dos efetivos da lista?”*, a numeração é indiferenciada, o tribunal não faz diferenciação, porque desses quinze efetivos a decisão do tribunal acaba por ser feita através de sorteio. O primeiro não tem prioridade sobre o décimo quarto ou sobre o oitavo, o que pode acontecer é que, perante os quinze primeiros efetivos e perante a recusa por indisponibilidade pessoal, profissional ou outro fator qualquer, a lista começa a ser substituída pelos suplentes. Também nessa listagem de suplentes o critério é variável, não é a Câmara Municipal que faz essa seleção dos juízes que constam dessa mesma lista.

O que é que se tentou fazer de acordo com os nomes indicados? Criar um equilíbrio entre homens e mulheres, incluindo os nomes que foram apresentados pelas instituições, a preferência entre a área de formação social e também alguma representatividade das instituições, ou seja, nestes quinze primeiros, não tivéssemos uma exclusividade de instituições ou IPS's, que se calhar com maior facilidade, poderiam aqui enumerar ou indicar, que são conhecidas na nossa cidade e com a prática de intervenção social reconhecida na nossa cidade.

Foram estas as questões que estiveram na base da tomada de decisão.

A título informativo, esta lista ainda requer aprovação do tribunal, mas também posso dar nota de que o Juiz Presidente António Fialho, após a receção desta mesma lista fez a valorização deste processo, que é um processo difícil, é um processo que precisa de ser revisto, porque se trata de uma legislação de 1978, que precisa de ser revista, para valorizarmos a condição dos cidadãos com participação cívica no papel de juiz social. Sendo que essa é uma condição que não cabe à Câmara Municipal e a Câmara Municipal, que não pode alterar esta circunstância, significa que dentro das nossas possibilidades tentámos fazer o melhor para depois da

aprovação em Assembleia Municipal, submeter para aprovação do Tribunal de Família de Setúbal.

Vice-Presidente da Câmara – Quanto à proteção de dados pessoais, chamo a atenção de que todos os eleitos, membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal são obrigados ao sigilo funcional, respeitar a reserva da vida privada das pessoas, tal como os funcionários públicos. Nós estamos obrigados, enquanto este documento circular internamente na Câmara, na Assembleia ou nos serviços, à proteção de dados e não utilizar indevidamente estes dados. Mas há uma fase em que estas listas são afixadas, para suscitar eventuais reservas que invoquem falta de idoneidade de alguém, além do nome não podem ser postos mais dados pessoais. Quando se tornar pública, há que ter todo o cuidado.

Suzel Costa (PAN) – Apenas para ir de encontro ao que disse o senhor Vice-Presidente e para terem que tomar em atenção quando colocarem estes documentos no site do município, na área reservada da Assembleia, para que as moradas não fiquem expostas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e duas abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

8. Deliberação n.º 158/21 – Proposta n.º 12/2021 – GAP – Contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Setúbal para a AML na área dos transportes públicos de passageiros – Aditamento

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 9 votos a favor, 5 da CDU, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

Encontrava-se ausente da sala o Sr. Deputado Pedro Vieitas do PPD/PSD.

Suzel Costa (PAN) – Apenas uma correção. Refere aqui na proposta, “(...) no âmbito dos serviços públicos de transporte de passageiros, tendo a mesma sido aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 8/11/2018(...)”. De acordo com a ata n.º 7, a sessão realizou-se em 16/11/2018, significa que uma das datas não está correta.

Vice-Presidente da Câmara – Agradeço muito essa intervenção, porque se houver alguma discrepância, isso pode levantar problemas burocráticos. Esta deliberação é para responder aos pedidos do Tribunal de Contas que está a apreciar o processo dos contratos para os operadores de transportes dos quatro lotes de Área Metropolitana de Lisboa. Como sabem, temos nas Grandes Opções do Plano a duração de cinco anos, no entanto o contrato vai ter a duração de sete anos e o Tribunal de Contas exige que cada um dos municípios, além da área Metropolitana, demonstrem as deliberações e a inscrição nas Grandes Opções do Plano dos Investimentos Plurianuais, que cubram os custos que estão determinados por lei e que cabe a

cada município. É necessário este aditamento no contrato administrativo e isto liga-se com a alteração que está no ponto 10, que é a deliberação n.º 160, que vai refletir esta alteração nas Grandes Opções do Plano para mandar ao Tribunal de Contas. Temos que aprovar isto hoje, porque até 15 de julho todos os municípios da Área Metropolitana têm que entregar no Tribunal de Contas, caso contrário serão mais uns meses de atraso ou dilação do processo, que pode arrastar a entrada em funções dos operadores.

Presidente da Mesa – A senhora deputada Suzel Costa referiu que a data da ata que se refere a este assunto é diferente da data da sessão da Assembleia Municipal. É uma gralha que está na proposta que foi aprovada na Câmara e que agora vem à Assembleia. Na realidade a ata da Assembleia é de 16/11/2018 e não de 8/11/2018.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

9. Deliberação n.º 159/21 – Proposta n.º 27/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2021/2022, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2018, da ESPAP – PAQ n.º 1062/2021/DITEM – Consulta Prévia n.º 96/2021/DAF/DICOMP/SECOMP

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Não havendo intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ano após ano, temos fechado os olhos e aprovámos o fornecimento contínuo de gasóleo para as frotas municipais, essencialmente pensando também nos Bombeiros Sapadores sem que, até ao fim deste mandato, tínhamos visto os valores a diminuir. Os compromissos com a neutralidade carbónica, as emissões de CO², as alterações climáticas, frequentemente nestas propostas que aqui vêm são esquecidos e o valor nunca diminui. Tínhamos visto neste orçamento o investimento em dois veículos elétricos, só que é muito pouco e não poderia ao fim de quatro anos continuar a votar favoravelmente.”*

10. Deliberação n.º 160/21 – Proposta n.º 28/2021 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 3.ª ao Plano de Atividades e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e três abstenções, 1

do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Encontravam-se ausentes da sala o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Costa, e o Sr. Deputado Pedro Vieitas do PPD/PSD.

Não havendo intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, e 16 abstenções, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

11. Deliberação n.º 162/21 – Proposta n.º 01/2021 – GVCR – Auto de transferência de competências e recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 6 votos a favor, 3 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 de AC, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Regressaram à sala o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Costa, e o Sr. Deputado Pedro Vieitas do PPD/PSD.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Queria referir o trabalho que foi feito pelo Gabinete das Freguesias e pelo senhor vereador que coordena esse gabinete, o senhor vereador Carlos Rabaçal, junto das freguesias de Setúbal. Este auto de transferência é fruto de muitas reuniões, muito trabalho, muito diálogo. As freguesias que já tinham as competências que eram protocoladas com a câmara não ficaram a perder, ao contrário de muitas câmaras que estão a impor às freguesias os critérios que elas entendem. A Câmara Municipal de Setúbal teve um trabalho imenso junto das freguesias, pelo que queria salientar esta metodologia de trabalho e penso que posso falar em nome de todas as freguesias, que ficaram satisfeitas com este diálogo e com a concretização deste auto de transferências.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Gostava de corroborar com aquilo que a minha colega Celestina acabou de dizer, porque a negociação foi afetiva e isso deixa-nos muito satisfeitos.

O funcionamento da delegação de competências ao longo destes anos todos, foi sempre acompanhada dos respetivos meios e por essa razão tivemos condições para realizar o trabalho, para concretizar e materializar as competências que estavam a ser delegadas, o que é muito importante.

Este auto de transferência tem esta expressão do ponto de vista financeiro, por todo o trabalho que foi feito nestes 20 anos, ou seja, a delegação de competências foi crescendo, as freguesias foram assumindo cada vez mais competências, esse caminho que foi feito permitiu hoje fazer um auto de transferência com esta robustez.



As freguesias nestes anos ganharam escala, prepararam-se ou estão equipadas e por isso foi possível fazer aqueles aditamentos todos que fomos fazendo ao longo do mandato, para a realização de obras, para a realização de algumas intervenções. Foi todo esse caminho bem feito, coerente, bem acompanhado e com os respetivos meios, que permitiu chegar a este ponto e chegar uma transferência de competências tão expressiva do ponto de vista financeiro como esta, por isso deve ser valorizado neste momento, em que se abandona um modelo e caminhamos agora para outro.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Tenho o privilégio de ter iniciado um trabalho de descentralização, de competências da Câmara Municipal de Setúbal para as juntas de freguesia e em especial para a Junta de Freguesia do Sado e na altura para a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Até lá não passava uma única vassoura para limpar qualquer uma das nossas ruas, não havia uma intervenção na limpeza diária, não havia uma intervenção nos jardins, não havia a colocação de uma pedra de calçada e foi este projeto inovador de descentralização de competências, que a Câmara Municipal de Setúbal adotou com juntas de freguesia, que permitiu que se fizesse obra e se rentabilizasse aquilo que são os dinheiros públicos. Numa descentralização de competências é necessário que os meios financeiros e os equipamentos devam vir a acompanhar, para continuarmos a trabalhar em prol da nossa população. Esta descentralização de competências aqui firmada, deve-se também ao aperfeiçoamento daquilo que fomos fazendo todos os anos e todos os dias. Certamente que está aqui um exemplo para outros municípios seguirem. Reforçar o trabalho do Gabinete de Apoio às Freguesias, do Vereador, da Câmara Municipal, da senhora Presidente, de todas as juntas e dos funcionários, sem este trabalho e sem esta envolvência, não teríamos este encargo e esta responsabilidade de dar voz e força àquilo que é o desejo das nossas populações, e afirmar o nosso poder local democrático no nosso concelho. Certamente que sairei com a vontade de ver os meus substitutos ou seguidores a desenvolver um trabalho neste conselho, que a todos nos honra.

Fátima Silveirinha (Vogal da União de Freguesias de Setúbal) – Também corroborar um pouco daquilo que já foi dito pelos restantes representantes das freguesias. Tudo isto resultou naquilo que tem sido o trabalho ao longo destes anos, entre a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, que tem um único e principal objetivo, prestar o melhor serviço público às populações, assim ficamos todos a ganhar e fica Setúbal a ganhar. No que diz respeito à União das Freguesias de Setúbal, dizer que a Assembleia de Freguesia já se realizou na passada terça-feira, onde foi aprovada esta proposta.

Vice-Presidente da Câmara – Esta não é uma proposta qualquer, é uma proposta marcante de um estilo de trabalho autárquico, de uma forma de trabalhar que valoriza as autarquias que são as câmaras e as juntas e que afasta alguns fantasmas que às vezes nos atiram para cima, de que nós não queremos a descentralização. Queremos a descentralização da forma como ela aqui foi referida pelos senhores Presidentes de Junta e queremos negociá-la com os meios necessários para dar cumprimento à execução das tarefas que são transferidas. Multiplicámos a capacidade de trabalhar, o que permitiu que todo o concelho de Setúbal tivesse o nível de obras que teve. A câmara concentra-se em obras maiores, as juntas têm a possibilidade, se tiverem os meios, de chegar muito mais ao pormenor em obras e intervenções que às vezes são de grande dimensão. São cerca de seis milhões de euros que estão neste pacote, mais

oitocentos mil euros em obras acordadas, com os meios, com a mão de obra da câmara e das juntas, com os equipamentos da câmara e das juntas e as respetivas verbas para comprar os materiais. O resultado que se pretende é trabalhar para resolver problemas concretos num determinado local que possa surgir na respetiva freguesia. Esta descentralização é a demonstração que não receamos nenhuma descentralização e que começámos muito antes do Governo. Sabemos que Lisboa também fez de outra maneira, só que não correu tão bem, porque a duplicação de custos foi muito grande. O Governo pode ter tido o bom senso de olhar para Setúbal e verificou a forma como estávamos a fazer e tentou generalizar. Setúbal como exemplo do país, não tenham dúvida que não é nenhuma poesia qualquer, é uma poesia muito bem concretizada.

Provavelmente é a penúltima assembleia do mandato, a fechar com esta pacote que faz parte do quadro das transferências. Da nossa parte o trabalho está feito, da parte das transferências do Governo para as câmaras, para os municípios é que as coisas estão muito mais complicadas. Todas as bancadas com atitude crítica ou atitude colaborativa com os vários Governos, devem contribuir para que as câmaras não sejam defraudadas na falta de meios. As funções sociais do Estado estão a ser colocadas nas autarquias, se as autarquias não tiverem meios para lhes dar desenvolvimento, essas funções sociais perdem-se, desvalorizam-se e o povo fica mal servido. Pomos de parte os nossos clubes partidários, as nossas camisolas de partido, porque o que está aqui em causa é uma coisa muito mais valiosa para a qualidade de vida dos cidadãos. Não nos devemos queixar só para ratear, só para regatear, é preciso que os meios venham. No próximo ano veem três grandes transferências, para a Educação, Saúde e para a Área Social, mas não pode haver defraudamento, não se pode enganar as autarquias com a falta de meios para que estas funções sejam cumpridas, porque se eles vierem com meios suficientes, o povo vai melhorar a sua qualidade de vida seriamente, se não houver meios não venham dizer depois que a culpa foi das câmaras.

Nós estamos a dar o exemplo e temo-lo dado ao longo dos quatro mandatos. Esta unidade e esta coesão autárquica, município e freguesias, dá bons resultados, sem discriminação de ninguém e com a colaboração de todos.

É um estilo de trabalho que os membros das juntas que aqui intervieram tiveram o cuidado de destacar e eu ao representar o executivo quero retribuir a excelentíssima colaboração que os trabalhadores das juntas, da câmara e os eleitos têm tido, bem como a compreensão, sem que tivéssemos feito grande alarido com isto, mas é uma marca dos mandatos da CDU que pretendemos transpor para o futuro.

Vítor Ferreira (PS) – Se as outras bancadas me derem também essa permissão, iria associar à “*feira*” toda a Assembleia Municipal, porque esta é efetivamente uma área em que podemos reconhecer o bom trabalho, mas também podemos reconhecer com alguma humildade que a oposição esteve sempre de acordo com aquilo que é um trabalho que se realizou neste concelho. Um bom mandato e um bom sucesso faz-se em democracia com todos. Estamos na “*feira*”!

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.



12. Deliberação n.º 165/21 – Proposta n.º 08/2021 – DAAE/DIHU – Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 9 votos a favor, 5 da CDU, 3 do PS, 1 do PPD/PSD, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

Suzel Costa (PAN) – Hoje mesmo, no Conselho de Ministros foi aprovada uma resolução, a n.º 78/2021, que aprova um conjunto de medidas para um tratamento reforçado em matéria de bem-estar dos animais de companhia. Por isso, é com muita tristeza e que o PAN não pode deixar de votar contra este regulamento no essencial, sem lhe tirar o mérito por outras propostas e alíneas progressistas.

É fundamental para nós, no Século XXI, no ano 2021, a alínea h), do artigo 61º, no essencial esta alínea manifestamente sanitária, que se sobrepõe a uma portaria, que vem em contraciclo com as cinco liberdades do bem-estar animal. Já em 2018, logo no início e antes do YouTube, tínhamos apresentado uma recomendação neste sentido que desceu à Comissão, mais tarde subiu com o argumento da extemporaneidade da mesma, em virtude do regulamento bem-estar animal estar em elaboração e a alimentação dos animais poder vir a ser permitida em colónias sinalizadas o que, aliás e muito bem, vem a ser contemplado, mas deixou de fora todos aqueles animais que se perdem dos seus tutores, deixou de fora todos aqueles animais que foram abandonados e que se encontram sozinhos, deixa de fora mais uma vez os nossos amigos pombos, animais Sinantrópicos.

Além disso já existia a alínea j), em que estava proibido deixar na via pública restos alimentares e com isso nós concordamos, porque são estes que provocam insalubridade, são estes que provocam os maus cheiros, são estes que provocam os problemas de saúde pública. Ao proibir a alimentação do animal favorecemos o quê? A insalubridade, porque os animais começam a procurar os caixotes do lixo. Se os particulares hoje em dia incorrem num crime, em coimas, se deixam morrer à fome um animal dentro de um apartamento, e choca todo o país, com isto é um eufemismo, para que o município e os munícipes deixem morrer à fome os animais em espaço aberto.

Será ético à luz dos conceitos atuais?

Há respeito pela essência dos animais e da lei do bem-estar?

O meio utilizado não vai cumprir o seu fim, como não tem cumprido ao longo destes anos, não vai promover o oposto do que se espera, vai promover a desobediência civil ao insistir numa política de morte por privação de alimentos e institucionalizar a crueldade.

João Luz (CDU) – Não é a primeira vez que somos confrontados na Assembleia Municipal com esta lógica da crueldade da gestão municipal face aos animais. Fico sempre na dúvida relativamente ao posicionamento do PAN nestas matérias. Por um lado, acusa sistematicamente o município e a força política que aqui está em maioria, de ter uma visão antropocêntrica da realidade, em que o homem está no centro e que só o homem é que interessa, só o ser humano é que é relevante e despreza os animais. Por outro lado, coloca todos os animais, sistematicamente na dependência do ser humano. Há aqui uma contradição insanável neste posicionamento que o PAN aqui nos traz. Para umas coisas o ser humano não deve intervir, para outras só o ser humano é que tem que intervir obrigatoriamente. Mas a



questão que aqui se está a colocar, é a questão de uma alínea de um regulamento de um serviço de gestão de resíduos, em que aquilo que está proibido é depositar na via pública alimentos para animais.

Se em pleno Século XXI alguém concorda, numa cidade evoluída, que se possam depositar na via pública alimentos para animais, que não em locais devidamente preparados para o efeito? É esta questão de fundo!

Marco Costa (PS) – Confesso que não vinha preparado para uma discussão tão profunda sobre os direitos animais, mas venho preparado para discutir este documento fundamental para a gestão dos resíduos em Setúbal.

O presente regulamento, apesar da natural complexidade de procedimentos que deve ter exigido, mereceu a unanimidade dos onze elementos da vereação, desde logo atesta todo o cuidado e rigor com que foi elaborada a proposta e que foi submetida, mas também sobretudo o sentido de responsabilidade de todas as forças políticas com assento na Câmara Municipal de Setúbal. De facto, os regulamentos, nomeadamente os municipais são extremamente necessários, quer para orientar os decisores políticos na sua atuação diária quer para proporcionar aos munícipes instrumentos claros, que norteiem e que orientem os seus procedimentos em relação aos assuntos regulamentados e à relação recíproca entre os autarcas e os munícipes. Tanto mais assim é, quanto mais abundante e dispersa seja a legislação que é sintetizada num dado regulamento municipal, quanto mais vastas sejam as respetivas origens e tutelas e, sobretudo quanto mais importante seja um tema de um dado regulamento para os cidadãos, para a defesa do Ambiente, para o desenvolvimento e progresso do concelho, para a qualidade de vida atual e futura dos munícipes.

A proposta de regulamento parece-nos então bem fundamentada, refere as diretivas europeias, a legislação nacional, os anteriores regulamentos municipais, os procedimentos que precederam a sua apresentação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, as consultas públicas e os pedidos de pareceres atempada e adequadamente realizados assim como os respetivos resultados.

A bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal acompanha a posição de voto favorável já manifestada pelos vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal. Contudo não queria deixar de lembrar a propósito desta matéria tão importante, o empenho e esforço dos autarcas do Partido Socialista quando em anos passados, estiveram em maioria nestes órgãos municipais, por exemplo, concretizando o então ainda hoje considerado o maior investimento realizado a sul do Tejo e no país, com a estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos no concelho de Setúbal, pelo método de compostagem e não fechado e sem túneis reatores nem outro aceleradores de tratamento, um verdadeiro exemplo de respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida dos munícipes e demais cidadãos e aqui faço uma devida declaração de interesses familiar.

Senhores membros do executivo, senhora vereadora Carla com o devido respeito, estamos num dos últimos pontos da Assembleia Municipal de hoje, numas das últimas sessões da Assembleia Municipal ordinária, estamos amentados em que todo e qualquer argumento usado por nossa parte nesta matéria possa ser transformado num quase e comício de enumeração e valorização das medidas adotadas pelo executivo, mas com o nosso voto favorável também queríamos poupar-lhe a esse esforço.



Senhores deputados municipais, não querendo também voltar a invocar a discussão sobre a moção apresentada sobretaxa de gestão de resíduos, no período antes da ordem do dia, temos aqui um forte exemplo, onde o esforço colaborativo das diferentes forças políticas pode contribuir para uma unanimidade na aprovação de uma matéria desta importância, sem que depois tenhamos de culpar a Administração Central, o Governo ou a União Europeia pela não criação de condições para avançarmos numa matéria com esta importância. Neste ponto é sem delação.

Os tempos de participação cívica mudaram muito nos últimos tempos, a participação dos munícipes nestes fóruns é muito reduzida, mas contudo, há cada vez mais manifestação informal através de movimentos, através da participação online, através das redes sociais, um movimento cada vez mais participativo, informado e documentado com imagens e com testemunhos reais, nomeadamente com a exposição de situações com incidência e gravidade nas freguesias limítrofes do concelho e nas áreas periféricas das freguesias centrais de Setúbal. Esperemos também com a contribuição do voto favorável dos deputados municipais do PS na aprovação deste regulamento, que se criem condições regulamentares, administrativas e operacionais, para que este executivo e os próximos respondam definitivamente a estas carências cada vez mais reportadas pela população. Aqui é sem dilação!

A título de mera reflexão, perguntamos se foi ou se poderia ter sido equacionada a possibilidade de ir ainda um pouco mais além, de inovar, de acautelar os interesses das gerações futuras, de implementar as melhores práticas mundiais e nacionais, como, por exemplo, dar um impulso forte a uma política mais justa e equitativa, mais inovadora, incluindo, por exemplo, o conceito de *“Payt – Pay As You Throw”* (pague pelo resíduo que produz) a par de outros países e de outros municípios portugueses que já inovam nesta matéria.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Não pretendia intervir neste ponto, mas face ao que vi e ouvi fez-me intervir por algumas razões. Todos nós sabemos que o PAN tem um propósito e temos que o respeitar, como temos que respeitar qualquer partido e o que ele acredita. Faz-me confusão quando o PAN sistematicamente vem com as suas moções, que tem todo o direito como todos nós e depois as pessoas riem-se e comentam: *“lá vem com os pombos e com os animais”*. Por formação académica explico o que é um ecossistema em que vivem seres vivos. Seres vivos são seres humanos e são seres vivos animais, e nisto há uma simbiose, nós precisamos deles. Relativamente aos pombos, há pombos que estão realmente doentes e estão na zona de restauração que podem deixar bactérias, que bem ou mal limpas as mesas podem arranjar doenças para quem se senta e coma nesses espaços, e isso chama-se um plano de *“HCCP”* que depois os restaurantes não conseguem manter, por que estão sujeitos a receber esses animais, que são da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal não estarem bem tratados. Não venham dizer que estão todos bem tratados, porque eu vejo-os na rua e toda a gente os vê! Não me venham dizer que estão todos bonitos e fofos, porque não estão!

Isto não é compreensível o que estão aqui dizer: *“deixem lá os bichinhos andarem à solta!”*. Não são os bichinhos andarem à solta, porque se o ecossistema andasse todo à solta então teríamos que deixar aqui as vaquinhas e as ovelhinhas à solta pela cidade. Não é isso que eu acho que o PAN pretende! O que o PAN pretende é que haja uma ordem e que alguém a coloque, e que com toda a justiça, tem que ser devidamente colocada.

Com todos os regulamentos que possamos ter e eu não sou contra o regulamento, no entanto, falta uma coisa importante, que é aquilo que o PPD/PSD defende há imensos anos, a criação de Polícia Municipal.

Vereadora Carla Guerreiro – Embora o deputado Marco tenha dito que não precisaria de fazer intervenção, penso que há aqui questões que devem ser tratadas.

A gestão dos resíduos é um mundo muito complexo. De acordo com as últimas intervenções levam-me a crer que os senhores deputados na sua maioria, aprovam as propostas que nós colocámos. Trata-se de um sistema que está em constante mudança e de acordo com o novo regime que saiu iremos ter que fazer alguns aditamentos a algumas destas propostas, porque inclusivamente teremos que ter um projeto piloto de um sistema “*Payt – Pay As You Throw*” (*pague pelo resíduo que produz*), que terá que ser estudado para poder vir a ser implementado até 2025, e teremos que ter da nossa responsabilidade outras questões que não foram salvaguardadas neste regulamento, porque ele começou a ser elaborado ainda antes da alteração dos regimes, que depois vieram a ser aprovados pelo Conselho de Ministros em dezembro. Foi de tal maneira controversa a lei, que foi submetida depois a apreciação parlamentar por parte de vários partidos e sabemos que ela ainda está em discussão e que poderão vir a surgir mais alterações. Este documento não está fechado, como os regulamentos nunca estão. Também não é um fim em si, apenas é um instrumento daquilo que está na lei, daquilo que está dentro das nossas condições humanas, porque sabemos qual é o nosso papel enquanto cidadãos e o que devemos fazer para termos uma cidade limpa. Isto são instrumentos que aqui temos, não são receitas milagrosas, aquilo que pretendemos é dar algumas linhas gerais para as pessoas se guiarem. Como instrumentos, temos que ter a capacidade de não permitir ou de prezar por aquilo que é a qualidade de vida dos nossos cidadãos e também dos nossos animais. Dava este exemplo da Comissão, porque não me parece justo, permitir que pessoas alimentem os pombos na Avenida dos Combatentes com esparguete! Não me parece que seja a coisa mais justa nem para os pombos nem para as pessoas. Quando dizemos no nosso Regulamento de Higiene Urbana, que não podemos ter esta prática de alimentar os animais na rua, sabemos que existe um Regulamento do Bem-Estar Animal e que foi aprovado por esta assembleia, que permite a alimentação de animais na rua, sob certas condições. Não vamos dizer que isso não é possível, porque sabemos que é, mas tem que haver condições e regras que estão no Regulamento do Bem-Estar Animal. Não podemos permitir que as nossas ruas tenham um cardápio aberto para as ratazanas, para as baratas e para outras pragas! Não é isso que pretendemos no nosso Regulamento de Higiene Urbana e as coisas têm que ser feitas com peso, conta e medida.

Será que vamos dizer que é natural, que é desejável e que não vamos encetar trabalhos de desinfestação quando temos uma praga?

Não vamos cair no ridículo de transformar isto numa banalidade, porque estamos a tratar de coisas sérias, estamos a tratar de coisas que têm a ver com o bem-estar das pessoas e com o bem-estar dos animais.

Todas estas questões têm que ser acauteladas. Sabemos que quando deixamos à beira do contentor um recipiente com comida para os animais, que não vão ser só os gatos que se vão alimentar, sabemos que existe o risco de haver outros animais que se vão alimentar e sabemos muitas vezes que por causa disso, acabamos por ter situações indesejáveis.



A questão da proibição dos animais na rua tem a ver exatamente com a saúde pública, tem a ver com o podermos ter instrumentos para regular essas questões da saúde pública e nunca podemos abdicar disto. A alimentação dos animais está prevista no Regulamento do Bem-Estar Animal, sob certas condições que estão bem explícitas, nomeadamente as pessoas que são cuidadores de colónias terão que retirar a comida, limpar o espaço etc., etc., mas neste regulamento não podíamos permitir a alimentação indiscriminada, e não é por isto que vamos deixar morrer os animais à fome, como é óbvio, isso é, e peço imensa desculpa à deputada Suzel, uma afirmação do mais populista que pode haver e que não tem nada a ver com aquilo que nós temos vindo a trabalhar durante este mandato, relativamente a esta matéria. Quando a deputada diz que o nosso regulamento é progressista é pena que não saliente realmente o que é que ele tem de progressista, porque demos um salto qualitativo em relação aos regulamentos anteriores que vinham a ser aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Suzel Costa (PAN) – Já não posso responder a tudo por uma gestão do tempo, mas esta visão antropocêntrica que nos acusam não é verdadeira! O que nós estamos a falar é sobre os animais que se perdem e que estavam anteriormente na posse dos seus donos.

Em relação às baratas, não vemos os problemas a jusante, mas a montante. As baratas existem, porque existe lixo, porque a recolha é insuficiente, porque as pessoas produzem demasiado lixo.

Em 2020 houve uma redução da limpeza em 10%, mas depois queixam-se com um aumento do número das baratas!

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Desafio a vereadora deste pelouro, que fala tanto da Lei do Bem-Estar Animal, que conhece tão bem como eu, se calhar até melhor, para saber o que utiliza para alimentar os pombos. Sabe que os pombos comem as migalhas que os miúdos deixam enquanto estão nos recreios das escolas? Sabe que quando lhes tiram as sandes as gaivotas também lhes comem? É tudo um ciclo vicioso!*

Parece que está tudo bem, mesmo que os pombos estejam doentes! Gostava que um dia me mostrasse quantas amostras têm de doentes e não doentes...”

Presidente da Mesa – Quero lembrar que a senhora deputada pediu para fazer uma declaração de voto!

Carla Vilhena (PPD/PSD) – *“Gostava que fosse nesta Assembleia, de acordo com aquilo que apregoam, que apresentassem os números, porque dizem sempre a mesma coisa, mas não demonstram com números!”*

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de junho, de dois mil e vinte e um.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de dez de setembro dois mil e vinte e um, contém sessenta e três folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa

O Presidente da Mesa



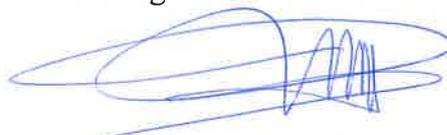
André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa